Revista da Associação dos Magistrados do Estado de Rio de Janeiro • Ano 13 • Número 39 • Outubro | Novembro | Dezembro 2014

fórum

Amaerj

ARTIGO
O que a Copa ensinou

DEBATE
Home office: contra ou a favor

No topo do ranking

Magistrados do Rio são campeões de produtividade

VIDA DE MESTRE-CERVEJEIRO É ASSIM:

OU FAZ DIREITO OU NÃO TEM HAPPY HOUR.

BEBA COM MODERAÇÃO.

www.cervejaitaipava.com.br

Y&R

ITAIPAVA
A cerveja

100%

Itaipava.
A cerveja que respeita tudo que uma cerveja precisa para ficar 100%.

Revista da Associação dos Magistrados do Estado de Rio de Janeiro • Ano 13 • Número 39 • Outubro | Novembro | Dezembro 2014

fórum

Amaerj

Índice

DATA VENIA 5
Presidente da Amaerj apresenta as novidades da revista

ESPECIAL 6
Educação sem violência volta à pauta da agenda nacional

ARTIGO 10
Dom Orani Tempesta e o respeito aos direitos humanos

CRONISTA CONVIDADO 12
Juíza Andréa Pachá relata caso do cotidiano forense

ESPECIAL 14
A Justiça virtual: tecnologia impulsiona automação dos tribunais

ARTIGO 17
Deputado Otávio Leite analisa projeto que pode mudar o esporte no país

ARTIGO 18
O juiz Álvaro Moreira faz um balanço das lições da Copa do Mundo

EM AÇÃO 22
O juiz Sergio Luiz propõe iniciativas de apoio a crianças carentes

Divulgação

TURISMO 46
Os encantos da Turquia, a ponte entre Oriente e Ocidente

CAPA 24
Levantamento do CNJ deixa magistratura do Rio bem na foto

BALANÇO 32
Leila Mariano passa em revista seu mandato na Presidência do TJ

AÇÃO SOCIAL 38
Os eventos que aproximam a Amaerj de demandas da sociedade

O TEMA É 42
Home office: a flexibilização da jornada de trabalho nos tribunais

EM DEBATE 44
Contra ou a favor: home office é tema de debate na FÓRUM Amaerj

HUMOR 50
Rogerio e o lado divertido do exercício profissional

Participe Você também da Revista FÓRUM
enviando sua Sugestão ou Crítica para o
e-mail assessoria@amaerj.org.br
Sua opinião é Muito importante!

De cara nova

ROSSIDÉLIO LOPES DA FONTE • Presidente da Amaerj

A partir desta edição, nossa revista chega com novidades, por meio da implementação de mudanças, editoriais e visuais, que têm por objetivo marcar de forma mais moderna este nosso encontro trimestral. As alterações começam no título da publicação, que passa a se chamar FÓRUM Amaerj, de modo a relacionar de forma direta este produto às ações da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. Mas a FÓRUM Amaerj passa a chegar também com uma proposta editorial mais dinâmica. Capa e páginas internas passaram por um redesenho gráfico. Editorialmente, a revista preserva sua grande marca — propor discussões e oferecer temas relacionados ao exercício da magistratura, sempre com o propósito de ser um grande fórum para juízes e desembargadores se manifestarem livremente. E, junto a isso, distribuímos uma publicação mais antenada com a maneira pela qual a imprensa em geral passou a se relacionar com seu público a partir do advento de até então inéditas ferramentas de comunicação, como a internet e suas infinitas possibilidades — que, por sua natureza, convidam à grande aventura da interatividade. Dessa maneira, FÓRUM Amaerj propõe uma participação em larga escala dos magistrados na elaboração do seu conteúdo, com a criação de espaços que inequivocamente a estimulem — como as seções Cronista Convidado, Carioca-cando, Viagem (dentro da editoria de Turismo), esta com um chamado ao leitor para enviar seus relatos de férias, visitas a outras terras, viagens com a família etc. São apenas algumas das novidades que, de imediato, a revista incorpora. Mas não temos o propósito de limitar as mudanças editoriais ao atual conteúdo da FÓRUM Amaerj. Mutável, a realidade impõe à diretoria da Associação o compromisso de acompanhar as transformações pelas quais o mundo passa, sejam elas de caráter profissional ou relacionadas à cultura (da magistratura e, mais genericamente, do país). Esperamos que este primeiro número de uma nova fase da revista agrade aos leitores; e os convidamos a enviar suas críticas, colaborações e tudo o mais que venha a ajudar a Amaerj a aprimorar sua comunicação com os magistrados, tornando-a o mais direta, rica e dinâmica possível. •

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA DA AMAERJ • Presidente Rossidélio Lopes da Fonte • 1º Vice-presidente Carlos Santos Oliveira • 2ª Vice-presidente Márcia Capanema de Souza Secretária geral • Cláudia de Oliveira Motta • 1ª Secretária Admara Falante Schneider • 2ª Secretária Mafalda Lucchese • 1º Tesoureiro Renato Lima Charnaux Sertã 2ª Tesoureira Daniela Brandão Ferreira

FÓRUM AMAERJ • Editora Monica Martelli • Redação Flávia Rodrigues, Diego Carvalho e Mariana Lima (estagiária) • Fotografia Rosane Naylor Projeto gráfico e diagramação Christiana Lee • Capa Ilustração de Gil • Contato revista@amaerj.org.br

IMPRESSÃO • Gráfica Mec

SEDE DA AMAERJ • Rua Dom Manuel, 29 - 1° andar • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 20010-090 • Tel.: (21) 3133-2315

Por uma cultura de paz

Educar sem uso de castigos corporais e humilhantes é possível e desejável. Criança vítima de violência se torna adulto violento

ANA PAULA RODRIGUES • Programa de Redes e Incidência Política - Fundação Xuxa Meneghel e membro da Secretaria Executiva da Rede Não Bata, Eduque

MARCIA OLIVEIRA • Coordenadora da Campanha Nacional Não Bata, Eduque

Bater em criança com o objetivo de educar, punir e corrigir é uma prática aceita por muitas culturas. No Brasil, essa estratégia é utilizada com maior ou menor intensidade por muitas pessoas. Nossos antepassados sofreram castigos físicos e humilhantes mais contundentes. Há relatos de crianças que permaneciam horas ajoelhadas no caroço de milho, voltadas com o rosto para a parede, além de surras com fio, cipó, chicote, vara de marmelo, tamanco, pedaço de pau etc. Nos tempos atuais, os castigos mais utilizados são tapas, beliscões, chineladas, empurrões, palmadas, além de ameaças, gritos e xingamentos.

Por ser um modelo cultural e histórico construído no Brasil ao longo dos processos instituídos na história do país, acaba sendo reproduzido de forma banal e cotidiana pela sociedade, nos diferentes espaços de convivência das crianças. E contribui para que o uso dos castigos físicos e humilhantes seja comumente aceito pela sociedade como uma maneira plausível de educar os filhos e resolver diferenças e conflitos.

Com a sanção, em junho deste ano, da Lei 13.010/14, chamada Lei Menino Bernardo, o tema da educação sem violência volta à pauta da agenda nacional, estimulando um debate urgente e fundamental para a vida dos meninos e meninas brasileiros.

POR QUE ENFRENTAR ESTE PROBLEMA?

Pesquisas apontam que o uso de violência na educação familiar promove a aprendizagem social da violência, pois oferece um modelo inadequado de os adultos lidarem com situações de conflitos, que é o uso da força, do poder, da violência.

Um estudo feito recentemente em 11 capitais brasileiras, realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), aponta fortes indícios de que ser vítima de punição corporal, quando criança, estimule o uso desse tipo de punição quando elas se tornam adultas.

Em 2013 foram registradas no Disque 100 Direitos Humanos 124.079 denúncias de violências cometidas contra crianças e adolescentes em todo o país (dessas, 83.455 tratavam de violência física e 35.091 se relacionavam a violência sexual). Desse total, 43,72% estavam ligadas a violências (agressões, ameaças etc) na residência da própria vítima, indicando o violador como pessoa próxima da criança e/ou do adolescente.

Dados de 2012, da Notificação Compulsória de Violências Domésticas e Sexuais/Outras do Viva/Sinam, orgão do Ministério da Saúde, registram na faixa etária que vai de 0 a 9 anos os seguintes indicadores:

Divulgação

Ana Paula Rodrigues

Tipos de violências notificadas (%)	
63,6	acontecem na residência
45,8	por negligências e abandonos
33,3	físicas
28,4	sexuais
18,5	psicológicas

Os números mostram a urgência e gravidade da questão, e reafirmam que o castigo corporal é um problema a ser enfrentado, já reconhecido em documentos oficiais da ONU (Organização das Nações Unidas) e da OEA (Organização dos Estados Americanos), que apresentaram recomendações aos Estados-Partes para a necessidade da proteção legal. O Comitê dos Direitos da Criança, em suas observações finais ao relatório apresentado pelo Brasil (CRC/C/3/Add.65), que é signatário da Convenção dos Direitos da Criança, recomendou a proibição explícita da punição corporal na família, na escola e nas instituições penais, e o desenvolvimento de campanhas educativas para informar e orientar os pais sobre alternativas de disciplina.

A Lei 13.010/14 busca atualizar o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a incorporação de dispositivos de proteção contra o castigo físico e humilhante, além de propor políticas públicas de apoio às famílias, formação continuada para profissionais que atuam com crianças e adolescentes, o desenvolvimento de campanhas de sensibilização e a divulgação de práticas positivas de educação. Não é uma interferência na dinâmica e privacidade das famílias, pois sabemos que a ela cabe a decisão sobre a forma de educar e dar limites para crianças e adolescentes, mas com a aprovação da lei fica definido que esta decisão não pode incluir o uso do castigo físico ou humilhante, prevenindo-as e alertando que a educação violenta gera conflitos individuais e familiares e ameaça ou atinge a dignidade e a integridade da criança.

As leis têm um poder educativo e simbólico muito forte. Aprovar a lei é deixar claro que a sociedade não tolera nenhuma forma de violência contra crianças. Isso ajuda a reforçar a consciência pública sobre o assunto de maneira mais ampla, trazendo o tema para o centro do debate, abrindo novos canais de comunicação, conhecimento e mobilização com os diversos atores envolvidos.

É possível estabelecer limites com a adoção de práticas que não utilizem a violência física ou psicológica, tais como a negociação com a própria criança, quando se estabelece um diálogo respeitoso de advertência (conversa franca e firme que ajude a criança e o adolescente a entender suas ações e reconhecer seus erros). O uso da violência para educar torna a disciplina menos eficaz, enviando mensagens contraditórias: você bate para ensinar a não bater.

▶▶▶

UM CAMINHO A PERCORRER

Para superar o uso dos castigos corporais nos ambientes de cuidado e proteção e privilegiar práticas não violentas na resolução de conflitos é preciso reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e não como seres subordinados aos adultos que acreditam ter o direito ou até o dever de bater nelas.

É imperativo promover estratégias de educação e cuidado, que não utilizem qualquer forma de castigo físico e humilhante e privilegiem o diálogo, o exemplo, a presença na vida dos filhos, a participação efetiva das crianças e adolescentes nas questões a serem decididas na família, escola, comunidade, com valorização das suas opiniões e propostas. Assim, incentivamos que, ao colaborar nas decisões que envolvem conflitos, as diferenças e os combinados, também se tornem corresponsáveis por elas.

A mobilização contra os castigos físicos e humilhantes precisa envolver a sociedade, o governo, o parlamento, os atores do sistema de garantia de direitos, personalidades e organismos nacionais e internacionais de direitos humanos. Prevenir a violência contra crianças é um dever de todos nós e juntos seremos capazes de consolidar a mudança cultural tão necessária em nosso país. Nenhuma lei sozinha promove as mudanças necessárias e urgentes citadas aqui. Ela é um instrumento jurídico que pode fortalecer este processo, na medida em que estiver associada ao fortalecimento das políticas públicas da infância e articulação da rede de proteção.

Esta reflexão se encerra com a declaração de Angelica Goulart, secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no boletim veiculado pela Rede Não Bata, Eduque: após a sanção da lei, ela afirmou que "o objetivo final é promover uma cultura de paz, e garantir a crianças e adolescentes os mesmos direitos prescritos aos demais integrantes cidadãos, sujeitos de direitos, de todas as gerações, independentemente de idade, gênero, etnias, raça, religião etc.". •

Divulgação

Marcia Oliveira

120 mil casos de violências no país por ano

No final de março de 2008, a menina Isabella Nardoni, de 5 anos, morreu ao ser jogada da janela do apartamento onde morava com o pai, Alexandre Nardoni, e a sua esposa, Anna Carolina Jatobá, no sexto andar de um prédio residencial em Vila Guilherme, São Paulo. O homicídio foi cometido pelo casal, e ambos foram condenados, em júri popular – ele a 31 anos e Anna Carolina a 26 anos e sete meses de prisão, ao fim de um processo que deu termo a um dos mais escabrosos crimes da história do país. A história trágica de Isabella foi em tudo semelhante à morte do menino Bernardo (veja na página 9), cinco anos depois. As duas crianças foram vítimas de filicídio, e nos dois casos as madrastas apareceram envolvidas na trama da morte.

Casos como os de Isabella e Bernardo nem sempre chegam aos jornais, e apenas uma ínfima minoria de episódios desse tipo ganha a triste notoriedade que comove o país. Mas brutalidades contra crianças engordam a tenebrosa estatística de, em média, 120 mil registros por ano no Brasil, de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, órgão da Presidência da República. Nesse levantamento, 70% das pequenas vítimas sofrem as agressões em casa. A SDH divide em três a classificação das denúncias – violência física, psicológica e sexual.

No Rio de Janeiro, tem crescido o número de denúncias de maus tratos contra menores de idade. Entre 2011 e 2013 o incremento desse tipo de violência foi de 70%. A curva ascendente assusta. Em 2011, foram consignados no Estado do Rio 420 registros de maus tratos contra crianças. Em 2013, este número havia crescido numa escalada impressionante, com 6.503 casos classificados nessa rubrica. •

MEMÓRIA

Tragédia do menino Bernardo é lembrada em lei contra agressões

O assassinato do menino Bernardo Boldrini, de 11 anos, não se resume a uma crônica de violência contra uma criança – em si, condenável. A legislação brasileira considera como criança a pessoa entre 0 e 12 anos de idade. Agressões contra pequenas vítimas fazem parte de uma vergonhosa estatística, na qual se conta, de acordo com dados do Mapa da Violência de 2012, o impressionante registro de 120 mil casos em todo o país. Este número deve ser bem mais expressivo, se for levado em conta que nem todos os episódios de brutalidades contra vítimas nessa faixa de idade são denunciados em delegacias ou órgãos de proteção de menores.

No caso de Bernardo, a violência teve requintes de monstruosidade. O inquérito policial aponta que teria havido um filicídio. O médico Leandro Boldrini, pai do garoto, é réu no processo juntamente com a madrasta, Graciele Ugulini, a amiga Edelvânia Wirganovicz e seu irmão Evandro Wirganovicz. Os quatro estão presos na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, no Rio Grande do Sul, e respondem pelos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver.

O homicídio ocorreu em abril de 2014, na cidade de Frederico Westphalen, a cerca de 80 quilômetros de Três Passos, no noroeste do estado, onde ele morava com a família.

O corpo do menino foi encontrado no dia 14 de abril, nu, envolvido num saco plástico e enterrado num matagal na área rural do município. Bernardo estava desaparecido havia dez dias. De acordo com o pai, ele saíra à tarde, uma sexta-feira, com a madrasta, para comprar um aparelho de TV em Frederico Westphalen. De volta a Três Passos, o garoto teria dito que passaria o final de semana na casa de um amigo. Como no domingo seguinte ele não retornou no horário combinado, seu pai acionou a polícia. Cartazes com fotos de Bernardo chegaram a ser espalhados pela cidade e nos municípios de Santa Maria e Passo Fundo.

FILICÍDIO

Logo que o corpo foi encontrado, a polícia, desconfiando da história contada pelo médico Boldrini, determinou a prisão preventiva dele, da mulher e, depois, das outras duas pessoas acusadas de participação no crime. Os policiais apuraram que Bernardo foi morto com uma superdosagem de sedativos e depois enterrado. Nas investigações, os agentes descobriram que o menino tinha uma relação conflituosa com o pai e a madrasta. As histórias desses conflitos levantadas no inquérito são impressionantes. Recentemente, a polícia teve acesso a dois vídeos, de 2013, mostrando brigas de Graciele e Leandro com a criança.

As imagens desses vídeos são chocantes. Numa das gravações, de junho de 2013, o médico provoca o filho. "Isso aqui vai ser mostrado para quem quiser ver. Vamos lá, machão", desafia o pai. Com uma faca na mão, Bernardo lhe pede que pare de gravar imagens suas com o celular.

Para a polícia, Leandro e Graciele fizeram as imagens para mostrar que o menino tinha comportamento agressivo. No outro vídeo, Bernardo chora, escondido dentro de um armário. Há ainda outra gravação, que mostra uma briga entre Bernardo, o pai e a madrasta. As imagens, gravadas no celular do pai do menino em agosto de 2013, captam pedidos de socorro de Bernardo.

O assassinato de Bernardo foi a culminância dramática, monstruosa, de um cotidiano de omissões e frieza na relação do médico com o filho. No início de junho, Câmara dos Deputados e Senado aprovaram uma lei que proíbe o uso de violência de qualquer espécie na educação de crianças. O projeto, que tramitava no Congresso com o nome de Lei da Palmada, ao ser aprovado foi rebatizado. Em memória da jovem vítima do Rio Grande do Sul, ganhou o nome de Lei Menino Bernardo. •

Por que o homem é digno?

O arcebispo do Rio de Janeiro se engaja na causa dos direitos humanos ao lado da Amaerj, através do Prêmio Juíza Patrícia Acioli

Divulgação

CARDEAL ORANI JOÃO TEMPESTA • Arcebispo do Rio de Janeiro

Criado em 2012, pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro com o apoio do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos homenageia a magistrada da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, assassinada brutalmente em Piratininga, Niterói, em agosto de 2011, com 21 tiros. A premiação enfatiza as causas humanistas. O Prêmio tem um caráter plural. É aberto à sociedade, a estudantes e profissionais de todas as áreas, sem restrições.

A premiação tem o intuito de promover um mergulho no amplo universo da cidadania, através do fortalecimento do diálogo entre o Judiciário e a sociedade. A Constituição garante a todos o direito à vida, à liberdade, ao respeito, à igualdade, à segurança e à paz. O objetivo do Prêmio é justamente defender que esses direitos sejam respeitados.

Daí, levando em consideração que este tem como meta promover ainda mais os direitos humanos, eis que falo do respectivo tema. Mas, diante disso podemos nos perguntar: por que o homem é digno?

O conceito de dignidade humana parece universalmente óbvio, mas não o é. As filosofias materialistas não conseguem definir se o homem possui pelo menos uma dignidade. A expressão "dignidade humana" pode até ocorrer no discurso, mas a tentativa de conceitualizá-la parece ser desafiadora.

Existem dessas tentativas, mas todas elas esbarram no fato que, se o homem é mais um ente material, soa sem sentido reter que ele possa ter uma dignidade superior aos outros elementos materiais. Em nome de que o homem seria mais digno do que um cavalo ou um salgueiro ou uma ametista?

Com efeito, se pedimos a estudantes universitários para elucidarem o conceito de dignidade humana, eles terão a maior dificuldade para escrever uma só linha sobre algo aparentemente evidente e sancionado na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948: "Reconhecemos a dignidade inerente e os direitos e inalienáveis de todos os membros da família humana na realização da liberdade, da justiça e da paz no mundo".

Alguns pensadores materialistas afirmam, em artigos e livros, que a dignidade humana é um "conceito inútil". O conceito de dignidade seria apenas uma expressão verbal e funcional, reconduzível o conceito de respeito, o mesmo devido a uma planta e a um gato.

> O homem é uma criatura social. E isso vem do Criador. A política, fundada sobre o caráter social do homem, também vem do Criador

Na Doutrina Social da Igreja, o conceito de dignidade humana contém uma espessura ontológica: o homem é ontologicamente superior e mais digno do que os outros viventes na Terra. O homem possui dignidade particular mutuada da Divindade Criadora. A essa afirmação está subordinada toda a doutrina social, cujas recomendações visam não a resultados econômicos ou científicos, mas unicamente ao bem da pessoa humana.

Por que a pessoa humana possui uma dignidade? Simples: porque ela é criatura de um Criador; que é um Ser perfeito e digno. A pessoa é digna porque o seu Criador é digno. Se o Criador Divino é causa, no efeito-homem estão presentes os traços ontológicos da causa, como diz Tomás de Aquino: "Omne agens agit sibi símile" (cada agente faz coisas semelhantes a si). Da mesma forma que em qualquer filho está presente a genética do genitor, no homem existe a genética divina. Isso torna o homem teomórfico e, de consequência, digno.

O homem é uma criatura social. E isso vem do Criador. A política, fundada sobre o caráter social do homem, também vem do Criador. E a autoridade, exigida pela comunidade política, também vem do Criador. A função da política, portanto, é promover a plenitude do homem, proteger as minorias, tutelar os direitos humanos, promover amizade civil. A função do Estado não é a de ser "mínimo", como quer a teoria de Robert Nozick, cuidando apenas de fazer respeitar os contratos; é função do Estado proporcionar aos cidadãos o bem comum capaz de levá-los à realização integral de si mesmos. Isso chama-se personalismo econômico, no qual a propriedade adquire uma função humana e social, a produção empresarial intenta o equilíbrio material-espiritual do trabalhador; da família e dos cidadãos, o comércio providencia a destinação universal dos bens.

Contudo, a autoridade política é chamada a ser uma força moral destinada a promover os valores morais essenciais, exarar leis em conformidade com a dignidade da pessoa humana e com os ditames da reta razão, a infligir penas proporcionadas à gravidade dos delitos. A Doutrina Social da Igreja afirma que a comunidade política é, antes de tudo, um fato moral e espiritual: "A comunidade política é a unidade orgânica e organizadora de um verdadeiro povo... ela é uma partilha de vida e de valores". •

ANDRÉA PACHÁ
JUÍZA

Ausência em carne viva

Escondida atrás de pilhas de processos, eu não percebi a entrada da moça. Encontrara a porta aberta. A voz frágil e firme anunciava que sabia o que queria:

— Eu tenho o direito constitucional de falar com o juiz. Por isso vim aqui.

Raramente recebo as partes sem a presença dos advogados. No entanto, em uma Vara de Sucessões, poucos são os casos que envolvem interesses opostos, daí porque resolvi escutá-la.

Há cinco anos, aguardava uma declaração de ausência do pai. Tentou, em vão, informação na Defensoria. O estagiário que a atendeu disse que era normal a demora. Não sabia mais o que fazer para amenizar a dor da mãe. Até aquele dia, ela continuava sem pensão e sem possibilidade de vivenciar o luto. Era a ausência, arranhando a alma em carne viva.

Com os autos na mão, envergonhada com o fluxo natural da burocracia que submete a sociedade à indignidade, prometi resolver o problema na semana seguinte.

Os ofícios enviados, reiterados os pedidos de mais documentos e a quantidade de papel, impedindo que enxergássemos pessoas, no lugar das laudas.

Como é fácil ingressar no sistema perverso que nos transforma em ferramentas da engrenagem e perder a capacidade de nos enxergar como protagonistas das mudanças importantes - pensava eu, enquanto aguardava a chegada das partes para o início da audiência especial.

O depoimento da senhora de cabelos brancos foi cortante:

— No dia 28 de janeiro de 2009, ele saiu para caminhar, como fazia todos os dias, depois do café da manhã. Era nosso aniversário de casamento. 58 anos juntos. Umas onze, onze e meia, ele não voltou. Ele nunca atrasava para o almoço. Corremos na praça, onde ele jogava dominó, e ele também não tinha aparecido por lá. Corremos na rua toda, chamamos os vizinhos, os amigos, saímos de carro, colocamos fotos na rua. Até na televisão e nas redes sociais pedimos ajuda. Nem nos hospitais, nem no IML. Nunca mais apareceu.

No meu tempo, não tinha essas doenças que a gente agora trata. Quando alguém começava a esquecer, era caduco e pronto. Ele já tinha 81 anos. Parecia que estava caducando.

Os primeiros três anos foram os mais difíceis. Eu

Daniel Mello

A juíza Andréa Pachá

> Como é fácil ingressar no sistema perverso que nos transforma em ferramentas da engrenagem e perder a capacidade de nos enxergar como protagonistas das mudanças importantes

chorava todos os dias. A senhora não vai se incomodar com o que eu vou contar, mas eu sinto falta dele encostando em mim até hoje. Imagina dormir 58 anos do lado de alguém e de repente fica tudo vazio. Dá para acostumar? Pior é não ter o corpo para enterrar. Se fosse morte, eu chorava, sofria e depois passava. Mas assim, não passa nunca.

Cinco anos de processo, e finalmente uma sentença declarando a ausência dele. Expliquei para ela que o papel não amenizaria a sua dor. No máximo, ela conseguiria receber a pensão todos os meses.

Ela me explicou que eu não entendia a importância daquele papel. Ela sabia que era uma dor para sempre, mas deixou a sala extremamente aliviada com o fim possível. Até sorriu, enquanto chorávamos todos juntos.

Voltei às pilhas de processos, disposta a não ceder à irracionalidade que nos transforma, compulsoriamente, em cumpridores de metas e escravos dos números. A eficiência só faz sentido quando a serviço das pessoas. É para isso que serve o nosso trabalho.

Há dores e injustiças insuperáveis na vida. Não precisamos aprofundá-las com nossa indiferença. •

A virtualização dos Tribunais de Justiça

Avanço da tecnologia digital torna irreverssível a informatização dos procedimentos judiciais. Mudanças já são realidade em diversas Cortes do país

A revolução tecnológica no Poder Judiciário nacional tem promovido diversas mudanças na estrutura de trabalho de magistrados e servidores. A migração para a plataforma digital se tornou viável, e é cada vez mais comum, devido à implementação de ferramentas inovadoras como o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o intuito de promover a automação do Judiciário, o PJe reduz o volume de papel e permite que a prática de atos processuais aconteça independentemente da área de tramitação, seja na Justiça federal, na Justiça estadual, na Justiça Militar estadual e na Justiça do Trabalho.

A modernização da Justiça também introduziu no sistema de funcionamento das Cortes outras ferramentas, que, a exemplo do PJe, têm por objetivo tornar o Judiciário mais célere e seguro. O sistema de videoconferência para presos de alta periculosidade, o home office para magistrados e servidores e o Plantão Judiciário Virtual são algumas delas.

As mudanças já fazem parte da realidade de muitas Cortes. Há cerca de um ano o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) utiliza o plantão de forma virtual. Às sextas-feiras, no final do expediente, ficam ativos no sistema de peticionamento eletrônico os foros plantonistas. E é a partir desses foros plantonistas eletrônicos que a Polícia Civil, a Polícia Militar e os advogados dão início ao sistema de peticionamento. Esses processos eletrônicos são imediatamente recebidos pelas varas plantonistas e atendidos. Segundo o diretor adjunto de Tecnologia da Informação do tribunal alagoano, José Batista Neto, o procedimento "reduziu o trâmite de processos físicos, antes existentes nas varas plantonistas, e trouxe mais transparência para o andamento processual".

MAIS FUNCIONÁRIOS

De acordo com Neto, a principal favorecida com a virtualização do Plantão Judiciário foi a Polícia Civil. Ele afirma que, com a mudança, foi possível disponibilizar mais funcionários no serviço de atendimento ao público.

— Os flagrantes durante os plantões judiciários não precisam mais de um servidor e de um veículo da Polícia Civil, que faria o deslocamento até o foro plantonista para a entrega de documentos, uma vez que isso é feito através da internet — explica Neto.

No Rio de Janeiro, a juíza Ana Beatriz Mendes Estrella, titular da 2ª Vara Cível de Bangu, diz que apesar de muitas serventias da Corte fluminense já trabalharem com processos eletrônicos, o Plantão Judiciário não é virtual. Para a magistrada, o espaço físico do plantão noturno é bom e atualmente está sendo modernizado, mas a virtualização dos procedimentos traria benefícios para todos, especialmente para os jurisdicionados que em momentos de aflição precisam percorrer grandes distâncias para formalizar suas pretensões. Mas a juíza pondera que não acredita que 100% dos casos possam ser resolvidos virtualmente.

— Algumas demandas são necessariamente presenciais, como, por exemplo, o acolhimento de vítimas de violência doméstica em situação de risco. No Rio, esses casos são atendidos pela Central de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Cejuvida), que tem

instalações físicas no local do plantão, preparadas para um primeiro atendimento a essas vítimas, com apoio material e psicológico, antes do encaminhamento ao abrigo — observa Ana Beatriz.

Para a magistrada, nem todas as delegacias e os advogados dispõem de meios para digitalizar ou remeter virtualmente seus requerimentos para o plantão. Mas, apesar de não acreditar na virtualização total dos procedimentos, a juíza pensa que a mudança poderia trazer soluções para problemas na área criminal.

— A realização online de comunicações de prisão em flagrante, representações por prisões temporárias e preventivas, pedidos de medidas protetivas sem necessidade de abrigamento da vítima, entre outros exemplos, teriam desfecho célere. Assim como os procedimentos cíveis em matéria de saúde em que há risco de vida em caso de demora — avalia.

> “Algumas demandas são necessariamente presenciais, como casos de violência doméstica
>
> **ANA BEATRIZ MENDES ESTRELLA**
> Juíza

O Plantão Judiciário Virtual fica disponível 24 horas, sete dias por semana, permitindo que tanto o magistrado que vai apreciar o peticionamento quanto os servidores possam fazer uso do sistema a qualquer momento, até mesmo remotamente, de casa. Para Ana Beatriz, a facilidade é um fator muito relevante para estimular a adesão de todos, já que, entre outras questões, as metrópoles estão com graves problemas de mobilidade urbana, em razão do crescente fluxo de veículos nas ruas e da falta de alternativas viáveis nas redes de transporte, do que resulta uma perda enorme de tempo para todos.

Para ela, a facilidade de acesso à informação concedida pela internet poderia amenizar o problema da mobilidade.

— Para chegar ao foro central da comarca da capital a partir de alguns bairros do Rio de Janeiro pode-se levar de quatro a seis horas, contando ida e volta. Com uma perda de pelo menos quatro horas diárias no trânsito, e considerando que em um mês temos cerca de vinte dias úteis, há uma perda mensal de oitenta horas úteis, que correspondem a dez expedientes de oito horas. Ou seja, são dez dias inteiros de trabalho perdidos desnecessariamente no trânsito em um mês — ressalta a magistrada.

Apesar dos inúmeros benefícios oferecidos pela virtualização do Plantão Judiciário, José Batista Neto explica que a adaptação ao Plantão Virtual em Alagoas demandou treinamento e enfrentou resistências. Mas ele afirma que hoje os próprios servidores e magistrados procuram a administração do tribunal para que possam ter acesso ao sistema.

— Durante o período de um ano foi disponibilizado um programa de instrução para as varas plantonistas, que hoje contam com o dispositivo do itoken, com o certificado digital tipo A1 e A3, e o sistema e-Saj na versão 5. Hoje em dia o TJ-AL tem apenas o plantão por telefone, com uma redução significativa na demanda processual — diz.

Para garantir a segurança da troca de informações pela internet, o TJ-AL faz uso da ferramenta VPN — Virtual Private Network (Rede Virtual Privada), muito uti- ▶▶▶

lizada pela iniciativa privada. O mecanismo possibilita aplicar uma rede criptografada entre o cliente, no caso o servidor público, e o órgão, o tribunal de Justiça, sem que haja interferência ou perda de desempenho no meio da transmissão.

As inúmeras ações de modernização implementadas pelo tribunal alagoano foram realizadas através do Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário de Alagoas (Funjuris). De acordo com Neto, o Fundo é essencial para que alguns projetos tenham continuidade.

— É muito importante que um estado pobre como Alagoas tenha um grau de investimento em tecnologia tão grande e satisfatório. Temos serviços de que outros tribunais não dispõem. Alguns estados, como Pernambuco, têm um órgão semelhante com a mesma finalidade — diz o diretor.

Além do Plantão Judiciário Virtual, o TJ-AL tem um plano com mais ações de modernização para o futuro. De acordo com a Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação da Corte alagoana, o tribunal conta com quase 80% das comarcas utilizando o sistema virtual, tanto no 1º como no 2º grau de jurisdição. A perspectiva é que até o final de 2014 todo o estado esteja utilizando o processo digital e não haja mais processos físicos novos ingressando na Justiça alagoana.

Em relação a outras ações, como o sistema de videoconferência, José Batista Neto explica que o tribunal alagoano firmou um convênio com a Secretaria de Segurança Pública do estado. Inicialmente funcionará no Fórum, como também no sistema prisional da capital e do interior. Estima-se que serão reduzidos cerca de R$ 60 mil por mês do orçamento do Poder Executivo, gastos com o transporte de presos.

Divulgação

> É preciso ter normas para evitar o estouro do limite de horas trabalhadas pelos servidores
>
> **JOSÉ BATISTA NETO**
> Diretor de Tecnologia da Informação do TJ-AL

O sistema de trabalho home office também é utilizado por alguns servidores no Judiciário alagoano, como os assessores de magistrados e os oficiais de Justiça.

— Eles estão usando até como uma forma de teste no sistema — observa Neto.

Segundo ele, futuramente o tribunal tem a intenção de expandir o projeto para mais servidores, porém ainda está estudando essa possibilidade. "É necessária toda uma ação de normatização, para que não haja um estouro no limite de horas trabalhadas por esses servidores", explica o diretor.

A respeito do processo de implementação do Processo Judiciário Virtual em Alagoas, e do interesse e resistência de outros estados para implementar a medida, a juíza da 2ª Vara Cível de Bangu avalia que a iniciativa é válida, mas deve ser implantada com cautela e prudência.

— Observando o exemplo do próprio estado de Alagoas, o Plantão Virtual só está em funcionamento por lá nas comarcas totalmente virtualizadas, que são somente duas, como informa o site do TJ-AL. Nas demais, o plantão continua recebendo os expedientes fisicamente. Além disso, mesmo nos locais onde há Plantão Judiciário Virtual o peticionamento físico não foi extinto. Aqui no Rio de Janeiro também não temos todas as serventias virtualizadas, mas o nosso tribunal tem caminhado para adotar de maneira segura o melhor que a tecnologia pode oferecer, em benefício de seus usuários — finaliza.

Recentemente o Tribunal de Justiça do Rio implementou o sistema de videoconferência para presos de alta periculosidade, portadores de doenças transmissíveis e com dificuldade de se locomover, e investiu na modernização do sistema de informática, assim como na sistematização do Processo Judicial Eletrônico.

A Corte fluminense também instalou centrais de digitalização e indexação para o 2º grau de jurisdição. No 1º grau, o tribunal seguiu a orientação básica de tornar viável a informatização a partir do estabelecimento do marco zero para determinadas competências e locais, evitando alto custo e baixo desempenho no processo da digitalização. •

O esporte brasileiro na marca do pênalti

Lei de Responsabilidade Fiscal, discutida no Congresso, pode salvar clubes da falência, mas precisa ser aplicada com critério

Divulgação

OTÁVIO LEITE • Deputado federal pelo PSDB-RJ e relator da LRFE

A Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE) poderá ajudar os clubes de futebol brasileiros a resolver um grave problema — a gestão antiga e ineficiente — com a renegociação de suas dívidas, estimadas em R$ 4 bilhões. Se os dirigentes esportivos cumprirem as condições pré-estabelecidas, estarão aptos a parcelar suas despesas em até 300 meses.

Contudo, o relatório final que apresentei na comissão especial vai além e fixa uma série de exigências que, se não forem respeitadas durante o pagamento, poderão até rebaixar as agremiações. Para mim, essa ação é condição fundamental para o sucesso do novo parcelamento. Não haverá anistia nem perdão de dívida, a sociedade brasileira rejeita isso. Luto pela criação de uma política pública adequada para o futebol nacional.

Pelo texto aprovado na comissão e pronto para votação pelo Plenário, os clubes interessados deverão, ainda, adotar medidas para melhorar a administração e tornar a execução de seus orçamentos mais transparentes. O objetivo é consolidar os passivos num montante único e dar um prazo para que as agremiações possam pagar, mas isso só acontecerá se todos tiverem a CND (Certidão Negativa de Débitos), se quitarem em dia os salários dos funcionários e dos atletas, enfim, se cumprirem uma série de requisitos.

Um dos pontos relevantes consiste na taxa de juros do refinanciamento, TJLP, de 5% ao ano. O curioso é que há anos o futebol passa por sucessivas crises e não obteve do governo federal nenhum tipo de sugestão, encaminhamento, solução ou debate para o assunto.

Estão previstos o estabelecimento de um sistema único padronizado de todos registros contábeis e a obrigação de se publicar anualmente essas demonstrações financeiras, para que a sociedade enxergue de forma transparente todo o procedimento. E uma vez implantado, estarão impedidos os escamoteamentos e as formas oblíquas contábeis que impedem todos de distinguir a real situação financeira do clube.

Além disso, é de domínio público o conhecimento que as agremiações esportivas não estão sendo bem geridas; são clubes que, irresponsavelmente, tiveram administradores com "intuitos outros". Portanto, deixavam sempre o rombo, o problema a administrar, para os dirigentes que vinham a seguir. Vejo essa mudança como necessária porque todo o modelo de organização do futebol no país é ultrapassado.

> Por ser polêmica, a LRFE ficou para depois das eleições

O projeto de lei também cria o Fundo Nacional de Iniciação Desportiva, o Inicie, cujo objetivo é financiar programas voltados a alunos do ensino fundamental da rede pública. Entidades desportivas sem fins lucrativos também poderão apresentar planos ao Ministério do Esporte para serem custeados com dinheiro do Inicie, desde que sejam projetos que tratem de modalidades esportivas olímpicas e paralímpicas.

É preciso destravar a votação do Proforte, leia-se LRFE, porque não faz sentido obstruir uma proposta tão importante para o Brasil. A verdade é que o Ministério da Fazenda é o freio ABS em tudo, infelizmente.

Por ser um tema polêmico, a renegociação das dívidas dos clubes será tratada pelos parlamentares depois das eleições deste ano. •

Lições da Copa para as Olimpíadas de 2016

Se o Mundial servir como parâmetro, o Brasil parece pronto para os Jogos Olímpicos, mas isso não significa que o país não tenha cometido erros

ÁLVARO MOREIRA • Juiz do Trabalho

A Copa do Mundo acabou e já estamos nos preparando para outro grande evento — as Olimpíadas de 2016, que serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro.

O Brasil nunca sediou dois eventos esportivos desse porte em tão curto espaço de tempo. Será que estamos preparados para tamanha responsabilidade? Se a Copa de 2014 servir como parâmetro, creio que nosso país pode proferir uma resposta positiva — o que não significa que não tivemos erros. Pelo contrário; mas creio que as falhas podem servir para uma melhor análise das dificuldades e para ajudar a enfrentá-las na medida em que venham a surgir na preparação dos Jogos.

No campo esportivo, não resta dúvida de que a campanha da seleção brasileira não agradou na Copa. Por outro lado, uma análise racional, sem maior paixão, permite verificar que ficamos em quarto lugar — e mais, nosso time era inferior aos que ficaram na nossa frente. Poderíamos ter ido mais longe, considerando que jogávamos em casa e tínhamos uma torcida entusiasmada, que incentivou nossa equipe em praticamente todos os momentos.

Tratando-se de futebol, o improvável pode se tornar realidade. Por isso, é possível afirmar que o Brasil poderia até ter chegado ao título. Porém, um olhar mais equilibrado nos remete a outra realidade, sinalizando que nos dias atuais não temos mais atletas que sejam protagonistas nos principais campeonatos da Europa, onde são realizadas as principais competições de futebol. O espaço deste texto não é suficiente para tratar das correções e soluções que podem ser implementadas, até porque se trata de matéria complexa e com muitas opiniões divergentes.

Se algo ficou como lição para as Olimpíadas, será a necessidade de implementar maior investimento na base, com mais incentivo à prática de esportes em escolas e clubes. Entretanto, os gestores políticos, em sua maioria, pensam apenas a curto prazo, e com isso os investimentos privilegiam atletas que já conquistaram destaque, portanto formados. Esse tipo de opção pode até dar certo durante curto período de tempo, mas se tornará improdutivo a longo prazo. É por isso que nossa participação nas últimas Olimpíadas, de um modo geral, pode ser classificada como frustrante.

Para se ter uma ideia, nos dois últimos Jogos Olímpicos ficamos na 22ª e 23ª colocações. A meta atual do Comitê Olímpico Brasileiro é para que o Brasil figure entre os dez primeiros colocados nas Olimpíadas de 2016, o que não é uma missão fácil de ser alcançada.

Deixando o aspecto puramente esportivo, pode-se dizer que a Copa do Mundo foi um grande sucesso e muita coisa deve ser copiada para as Olimpíadas. De toda maneira, não se deve esquecer que os eventos são distintos e, por isso mesmo, devem ser analisados de forma diversa.

A Copa foi realizada em 12 cidades e teve como participantes 32 países. As Olimpíadas serão disputadas numa só cidade — com exceção do futebol, que terá mais de uma cidade como sede — e reunirá uma quantidade bem maior de países. Assim, não resta dúvida que o Rio de Janeiro estará no centro de todas as

> É preciso aprender a respeitar os contratos e seus respectivos prazos, com planejamento de qualidade e destituído de motivação política

atenções. Podemos não só esperar, como também cobrar melhorias por parte dos organizadores do evento, nas suas diversas áreas de atuação.

A realização da Copa do Mundo com 12 sedes deixou como uma espécie de legado compromissos políticos a serem enfrentados — por exemplo, as cidades que ganharam novos estádios de futebol e talvez não tenham como aproveitá-los, em razão de não promoverem campeonatos minimamente rentáveis.

É preciso acabar com o tal "jeitinho brasileiro" que deixa tudo para a última hora. O governo pretende colher os frutos da propaganda positiva de uma Copa do Mundo bem avaliada, mas não leva em consideração que muitas obrigações contratuais foram cumpridas com grande atraso e com um custo adicional tremendamente elevado. O país precisa aprender a respeitar os contratos e seus respectivos prazos, com planejamento de qualidade e destituído de motivação política. Com tudo isso, é certo que, mesmo enfrentando muitas dificuldades, o saldo da Copa foi positivo e deve ser considerado para os Jogos Olímpicos de 2016.

Receberemos nos próximos anos uma grande quantidade de turistas, um dos pontos positivos da Copa do Mundo. A nossa população soube recebe-los. Ainda assim, aqueles que tratam diretamente com os visitantes precisam melhorar o domínio da língua inglesa. É necessário controlar os preços elevadíssimos de hotéis e restaurantes e aperfeiçoar os mecanismos de controle de entrada dos estrangeiros, uma vez que, em geral, em todo o mundo existem restrições para a chegada de pessoas que não tenham as mínimas condições financeiras para uma viagem de turismo. O Brasil foi surpreendido com a chegada em massa de turistas de países vizinhos, que dormiam nas praias ou nas ruas, uma vez que sequer tinham recursos para se hospedar em hotéis, por mais acessíveis que fossem suas tarifas. Este tipo de turismo não proporciona qualquer benefício; pelo contrário, deixa a nossa população incomodada e insatisfeita.

Os nossos aeroportos, contrariando as previsões pessimistas, funcionaram satisfatoriamente, o mesmo ocorrendo com a segurança. Pequenos incidentes são comuns em grandes eventos, tendo em vista a concentração do elevado número de pessoas nas cidades que sediaram os jogos.

Outro ponto que deve merecer atenção se refere à comercialização dos ingressos. Muitos brasileiros ficaram horas e horas na frente do computador tentando comprar um bilhete. Poucos tiveram êxito, o que gerou descontentamento, pelo fato de que ao longo da competição foi descoberto um esquema para venda fraudulenta dos passes. Neste caso mostramos que a nossa polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário estão atentos e preparados para combater esse tipo de crime. Ponto para o Brasil.

Temos um longo caminho pela frente e muitas dificuldades serão enfrentadas. De todo modo, os aspectos positivos alcançados com a Copa do Mundo nos mostram que é possível realizar bem os Jogos Olímpicos, que podem proporcionar benefícios para o país. Eu acredito! ●

PAULO ROBERTO SAMPAIO JANGUTTA

Nas ondas do Rio

Nascido no bairro de Laranjeiras, Zona Sul do Rio de Janeiro, o juiz Paulo Roberto Sampaio Jangutta aproveita os momentos de lazer no melhor estilo carioca. A adolescência vivida na praia da Barra da Tijuca despertou o interesse pelo mar, e hoje quando não está surfando, se dedica aos treinos de jiu-jítsu. Rubro-negro de coração, atualmente vive no Leblon, e é juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ).

A paixão pela arte macial motivou Jangutta a querer compartilhar o conhecimento e a prática da luta com os colegas. Foi então que, em março deste ano, o juiz deu início à realização dos treinos semanais de jiu-jítsu na academia da Mútua dos Magistrados, no Centro do Rio.

Veja a seguir como o juiz define o que é ser carioca.

Ser carioca é...
Subir a Pedra da Gávea aos domingos, treinar jiu-jítsu quase todos os dias e surfar nos fins de semana.

Qual o bar/restaurante do Rio que o senhor frequenta e recomenda?
Balada Mix.

Fotos àlbum de família

O juíz Paulo Roberto aproveita o que a cidade tem de melhor: nas horas de folga paixão por surfe, jiu-jítsu e futebol

O que mais gosta na cidade do Rio?
Da praia da Barra.

Um bom carioca tem como hábito...
Lutar jiu-jítsu.

Por quê?
Por força da Lei 5747 de 14/06/2010, a modalidade foi declarada patrimônio imaterial do Rio de Janeiro, e já é fruto da cultura carioca.

Quais esportes o senhor acredita que mais combinam com o carioca? Quais o senhor pratica?
Jiu-jítsu, surfe e futebol. Pratico apenas os dois primeiros.

Na sua opinião, qual lugar é a cara do Rio?
O Aterro do Flamengo. De lá se pode ver o Cristo Redentor, a Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar, símbolos do Rio de Janeiro. •

Amaerj

ANIVERSARIANTE. Associados foram homenageados e confraternizam na festa dos aniversariantes do trimestre.

Luis Henrique

CASAMENTO COMUNITÁRIO. Com o apoio da Amaerj, o Deape do TJ-RJ concluiu, em agosto, o projeto Dia do Sim, que converteu duas mil uniões estáveis em casamento civil. As audiências contaram com a participação voluntária de 28 juízes do Judiciário fluminense.

Amaerj

LANÇAMENTO. O juiz Bruno Vinícius da Rós Bodart lançou o livro "Tutela de evidência". Magistrados, amigos e parentes prestigiaram o lançamento, realizado na sede central da Amaerj.

AMB

HOMENAGEM. O presidente da Amaerj participou do jantar em homenagem aos 65 anos da AMB, em Brasília. Na ocasião, o juiz Rossidélio Lopes conversou com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, sobre o momento da magistratura.

SERGIO LUIZ RIBEIRO DE SOUZA

Esforço concentrado pelas crianças

Juiz lança programa Apadrinhar, cujo objetivo é buscar ajuda financeira e apoio psicológico a jovens carentes que vivem em abrigos

Em 2013, logo após assumir a titularidade da então 2ª Vara Regional da Infância, da Juventude e do Idoso, hoje 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital, o juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza observou que havia grande precariedade na estrutura das instituições de acolhimento da área de atuação da Vara, que abrange as regiões de Santa Cruz a Marechal Hermes. Os centros, administrados por particulares, têm convênio municipal, mas o magistrado constatou que o valor das cotas recebidas pelas instituições era irrisório. Em razão da importância dessas instituições para o trabalho judicial, Ribeiro de Souza, que é pai de duas filhas, decidiu criar um projeto que angariasse verba para dar continuidade ao trabalho dessas entidades. Daí surgiu o programa Apadrinhar — Amar e Agir para Materializar Sonhos, cujo objetivo é buscar ajuda financeira e oferecer apoio psicológico, através do sistema de apadrinhamento, a crianças e jovens abrigados. Sua expectativa é que o projeto colha bons resultados e possa ser ampliado para abrigos de idosos.

Esse é seu primeiro envolvimento com um projeto social?

Tive a oportunidade de participar, por duas vezes, do projeto Fique Legal, em Campo Grande, desenvolvido pelo juiz Arthur Eduardo Magalhães Ferreira. Nesse projeto, aos sábados, as pessoas conseguiam que fossem julgados processos e podiam obter documentos.

Quando surgiu a ideia de criar o projeto de apadrinhamento?

Assim que realizei visitas às instituições de acolhimento da 2ª VRIJ. Pude constatar que a maioria das instituições de acolhimento tem instalações precárias e sobrevive com muita dificuldade.

O senhor faria um resumo da logística de funcionamento e dos objetivos do projeto Apadrinhar?

Teremos três modalidades de apadrinhamento. No apadrinhamento afetivo, madrinha ou padrinho visitará regularmente o afilhado, buscando-o para passar finais de semana, feriados ou férias escolares na sua companhia. O objetivo é estimular relações social e afetiva, buscando possibilidades de convivência familiar e social saudável, que gerem experiências gratificantes. No apadrinhamento provedor, madrinha ou padrinho dará suporte material ou financeiro à criança e ao adolescente, com a realização de obras nas instituições de acolhimento, doação de móveis, aparelhos, equipamentos, utensílios, material escolar, calçados, brinquedos etc. O auxílio também poderá ser por meio de cursos profissionalizantes, reforço escolar, prática esportiva e, até mesmo, através de contribuição mensal em conta poupança, aberta em nome do apadrinhado e com movimentação somente mediante autorização judicial, ou quando o beneficiado completar a maioridade civil. No apadrinhamento colaborador, madrinha ou padrinho será um profissional que se cadastrará para atender às necessidades institucionais de crianças e/ou adolescentes, conforme a sua especialidade de trabalho. Todas as ações de apadrinhamento serão realizadas com a intermediação da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. É muito importante frisar que não haverá entrega de dinheiro em qualquer hipótese, seja para a equipe do Juízo, seja para as instituições de acolhimento, cabendo à madrinha ou ao padrinho pagar diretamente pelos serviços ou produtos adquiridos, podendo, mediante agendamento, visitar o local para conferir que a doação teve o destino devido. No blog do projeto (2vriji.blogspot.com.br/) é possível visualizar o perfil e a necessidade de cada uma das instituições.

Como o senhor espera que os magistrados fluminenses colaborem com essa iniciativa?

Assumindo alguma das modalidades de apadrinhamento, divulgando a ideia, ajudando a ampliar a rede de colaboradores, para que possamos melhorar as condições de atendimento das instituições em voga, e auxiliando na promoção social e afetiva das crianças e adolescentes.

De acordo com as informações do projeto, muitos abrigos têm um ambiente que remete a solidão. Na sua opinião, a que se deve essa imagem?

Primeiramente, essa triste realidade decorre do abandono da família. Além disso, a maioria das instituições não tem condições materiais de contratar equipes com funcionários suficientes para dedicar atenção mais individualizada aos acolhidos.

> “As instituições não têm condições materiais de contratar equipes para dedicar atenção mais individualizada

O projeto busca a inserção social de crianças e adolescentes por meio do afeto e do apoio financeiro. Qual a perspectiva para ver o resultado do trabalho?

Tenho plena convicção que os bons resultados poderão ser notados muito rapidamente. A mudança de ânimo de um acolhido que, padecendo de carência afetiva, passa a receber a atenção e o carinho de alguém não demora a se operar. Materialmente, a melhoria das instalações físicas e a efetivação de projetos individuais (realização de cursos, prática de esportes etc.) geram resultados imediatos. Temos muitas crianças e adolescentes que, apesar de poderem obter vaga na rede pública para a prática de um esporte, por exemplo, não o fazem por não dispor de condições de adquirir o material necessário para tanto (quimono, óculos e touca de natação, roupa de balé etc.).

Além das crianças, o projeto também contemplará idosos?

Iniciaremos o projeto com as crianças e adolescentes, e, posteriormente, iremos estendê-lo para o acolhimento de idosos.

Quais são os planos para o projeto no futuro?

Com a visibilidade esperada e a força que a união de todos os engajados no projeto trará, temos esperança de que o poder público se mostre mais sensível e objetivo no atendimento das necessidades prementes da infância, juventude e do idoso. Essas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, que, infelizmente, não têm voz na sociedade, poderão contar com uma rede de fraternidade que irá gritar a plenos pulmões pelo respeito à dignidade da pessoa humana, na sua mais ampla expressão. •

A Justiça sem gargalos

Juízes do Rio lideram ranking de produtividade do CNJ e atribuem bom desempenho à interação da classe e ao compromisso com a profissão

Sede do TJ-Rio, um símbolo de ações que agilizam o Judiciário

Os juízes do Rio de Janeiro alcançaram uma marca notável em 2013. Em média, cada um dos magistrados fluminenses concluiu ano passado 3.365 processos nas varas de primeiro grau. A marca está registrada na 10ª edição do relatório "Justiça em Números", divulgado no fim de setembro de 2014 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com a pesquisa, o Tribunal de Justiça do Rio obteve 100% no Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus), que mede a produtividade nacional e o desempenho de cada segmento do Poder Judiciário do país. Isso significa, nada menos, que o TJ-RJ ficou em primeiro lugar, entre todas as Cortes estaduais, no levantamento anual do CNJ que avalia, em números, a produção processual nessa instância da Justiça brasileira.

O relatório "Justiça em Números 2014" do Conselho Nacional de Justiça contabiliza a produtividade dos tribunais brasileiros à luz dos seguintes aspectos: Taxa de Congestionamento, Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que é a relação entre o total de processos baixados e casos novos, Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus), Índice de Produtividade por Magistrado (IPM) e Índice de Produtividade por Servidor (IPS), rubrica que reúne indicadores como a medição do número de processos em fase de conhecimento e em fase de execução, o número de execuções fiscais, avalia o porte dos tribunais, confere o estoque processual, acompanha os processos em tramitação e calcula o saldo processual estimado.

Em 2013 28,3 milhões de processos ingressaram no Judiciário do país

Juízes do Rio apontam, entre os fatores que explicam o êxito refletido na pesquisa do CNJ, a dedicação dos magistrados à sua missão judicante, a interação entre a classe e o constante compartilhamento de experiências de trabalho no estado. Numa comparação apenas entre os tribunais de grande porte, os juízes fluminenses são mais produtivos do que os magistrados gaúchos, paulistas, paranaenses e mineiros. No IPC-Jus, em tribunais de grande porte, somente o TJ-RJ e o TJ-RS atingiram a meta de 100%. O TJ-PR obteve 85,7%, o TJ-SP chegou a 73,9% e o TJ-MG ficou com o percentual de 73,3%.

Para Oscar Lattuca, titular da 1ª Vara Cível de Jacarepaguá, "o trabalho efetivo e a dedicação de toda a categoria são a única forma de diminuir a carga de processos". O juiz José Alfredo Soares Savedra, titular da 5ª Vara Cível de Jacarepaguá, destaca que a percepção do trabalho, incrementada através do debate entre os magistrados nas redes sociais, e a racionalização das atividades cartorárias se refletem positivamente no aumento da produtividade em relação aos outros estados.

— Acho que a nossa situação é um pouco diferente devido às discussões nos centros de estudo. A troca de experiência entre os juízes é a melhor forma de acelerar o trabalho e adequá-lo às demandas — afirma Savedra.

Para o magistrado, a virtualização das Varas híbridas, que têm processos físicos e virtuais, traria ainda mais agilidade para a tramitação processual. "Se a parte residual do físico fosse virtualizada, isso iria acelerar muito o trabalho. Quando se trabalha de forma híbrida se tem um descompasso entre a parte virtual e o físico. ▶▶▶

Você tem que alocar diferentes equipes para trabalhar, e acaba criando dois cartórios dentro de um. Claro que a mudança não poderia ser feita simultaneamente, mas se ocorresse paulatinamente acredito que iria melhorar muito o fluxo. Trabalhando de uma única forma é mais fácil racionalizar a produção", diz.

A conselheira Maria Cristina Peduzzi, presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, ressaltou, durante a divulgação do resultado do relatório, que os magistrados devem assumir o compromisso de julgar a cada ano mais processos, buscando ultrapassar a quantidade de ações recebidas. É uma preocupação correta, em face da existência, na Justiça brasileira, de um ainda grande número de processos residuais à espera de sentença, bem como da acelerada taxa de ingresso de novas demandas nos tribunais. Em relação a esse último aspecto, pode-se ter uma ideia da hercúlea e permanente pressão sobre os juízes avaliando-se os números de 2013, quando 28,3 milhões de novos processos ingressaram no Judiciário, ao passo que o número de baixados foi de 27,7 milhões, num total de 95,1 milhões de ações tramitadas.

FATORES EXÓGENOS

De acordo com a conselheira, a existência de dados estatísticos anuais sobre o funcionamento dos tribunais tem viabilizado a identificação de fragilidades e auxiliado no planejamento de metas para tornar a gestão das Cortes mais eficaz.

Desafio é superar a taxa de congestionamento de ações

A produtividade da magistratura fluminense passou com louvor no levantamento anual do Conselho Nacional de Justiça, que mostra os juízes do Estado do Rio no topo do ranking nacional, contabilizados os números de 2014. Mas o raio X com o perfil da produção dos tribunais brasileiros, em geral, revela que há gargalos expressivos a serem enfrentados nas atividades judicantes, de acordo com os indicadores do CNJ. Segundo o relatório, desde 2009 o crescimento médio anual do estoque de processos em todas as Cortes (com exceção do Supremo Tribunal Federal) é de 3,4%. Os juízes não têm conseguido reduzir o resíduo processual que permanece tramitando nos tribunais. Devido à demanda por soluções judiciais, ainda é maior o total de processos que entram na Justiça que o dos que são finalizados.

E não é por falta de esforço concentrado dos tribunais. O aumento do número de processos pendentes tem impacto direto na carga de trabalho dos juízes. Em 2013, cada magistrado brasileiro, das 112 Cortes do país (exceto o STF), tinha em média 6.041 processos para julgar. É um volume imenso. O documento do CNJ admite que é preocupante o "progressivo e constante aumento do acervo processual". Mas ressalta que, em geral, forças exógenas contribuem para isso – como a circunstância de parte considerável desse estoque ser composto de ações de execução fiscal ou extrajudicial, relativas a dívidas cobradas na Justiça pelo poder público, empresas ou cidadãos, mas que passam anos sem serem pagas. Também contribui para emperrar a máquina judiciária o grande número de recursos interpostos a processos, o que prolonga, às vezes por muitos anos, o tempo entre o início da tramitação e a decretação da sentença.

A taxa de congestionamento de ações igualmente chama atenção no relatório do CNJ, pois não apresentou melhoras, permanecendo no patamar de 71%, semelhante ao de anos anteriores. Ou seja, de cada cem ações que tramitaram em 2013, apenas 29 tiveram solução definitiva. Nesse ano, a diferença entre novas ações que deram entrada na Justiça do país (28,3 milhões) e a de processos concluídos (27,7 milhões) mostrou uma curva preocupante, com um crescimento em relação a 2011 e 2012: naqueles dois anos, a média de sobras foi de 300 mil. Em 2013, o residual chegou a 622 mil.

Para a corregedora-nacional de Justiça, Nancy Andrighi, a apresentação do relatório do CNJ tem um efeito positivo, mesmo revelando a permanência de demandas nas atividades judicantes.

– A estatística cumpre função dinâmica de fornecer embasamento objetivo para formulação de metas e objetivos para a atividade judiciária – afirmou a ministra.

DEMANDA CRESCENTE

Já a conselheira do CNJ Maria Cristina Peduzzi observou que, individualmente, os juízes julgaram mais casos em 2013 que no ano anterior – uma média de 1.564 sentenças por magistrado. No entanto, nem todas essas ações foram concluídas e permaneceram tramitando em razão da interposição de recursos. A ministra afirmou, na apresentação do relatório, que a demanda crescente por soluções judiciais é fator que compromete os indicadores de produtivi-

— Se não tivéssemos esses dados estatísticos, hoje estaríamos afogados, porque muitas providências foram tomadas em função deles. Estamos nos mantendo, apesar do aumento da demanda — afirmou Maria Cristina.

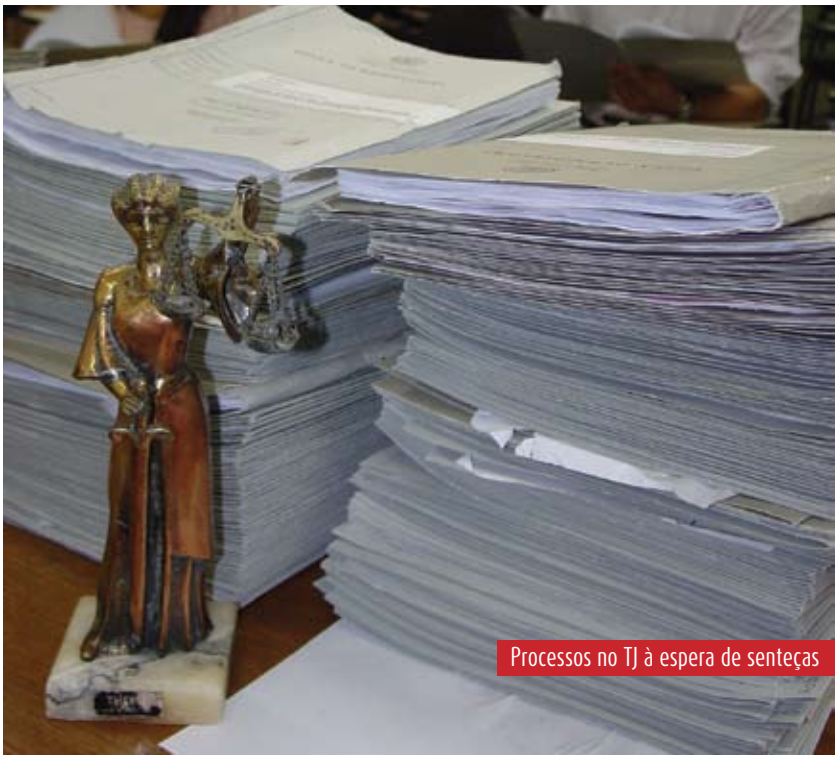
Em seu discurso, ela também ponderou que nem todos os fatores que interferem no desempenho da Justiça podem ser controlados pelo Poder Judiciário:

— O aumento da demanda é um fator exógeno, que foge ao sistema de Justiça. A inadimplência, que aumenta a execução fiscal, o descumprimento da lei, que gera a demanda, são fatores externos.

Presidente da 2ª Seção Regional da Amaerj, em Volta Redonda, e titular da 2ª Vara de Família de Campos dos Goytacazes, o juiz Ralph Machado Monteiro associa o alto nível de produtividade do Judiciário fluminense ao apoio aos magistrados e ao investimento do Tribunal de Justiça do Rio para o cumprimento das metas. E diz que o reconhecimento do juiz da importância do seu papel na sociedade influi na celeridade jurisdicional.

— Acho que para isso contribuem toda a cooperação do Tribunal com os magistrados, em termos de escolher os melhores caminhos para atingir a meta, e uma administração participativa, um tribunal unido — avalia Monteiro.

O magistrado acredita que, para sustentar o desempenho é preciso reforçar o quadro de funcionários do Judiciário fluminense e ampliar as ações de assessoramento ao juiz.



Processos no TJ à espera de senteças

dade dos tribunais. Ou seja, o componente exógeno sobrecarrega os juízes, algo que foge à alçada da magistratura.

– O número de ações ajuizadas não depende de um controle do Judiciário. Nós podemos estimular maior eficiência, por meio de adoção de metas, julgamento de maior número de processos, tratamento preferencial dos processos antigos e dos de execução, das ações coletivas – observou Maria Cristina.

Em face do perfil dos indicadores da Justiça levantados ano passado pelo CNJ, parece claro que o Judiciário atingiu o seu ponto máximo de produtividade dentro da atual estrutura física e de pessoal das Cortes. A estagnação da produção em 2013, em relação a 2012, é um dado que não pode deixar de ser estudado. Mas, mesmo dentro desse quadro, há ações possíveis para ajudar a magistratura a enfrentar as crescentes demandas. Caso, por exemplo, da recente assinatura de um protocolo de cooperação entre o STF e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para divulgar e promover a prática da justiça restaurativa. Esse tipo de iniciativa prevê que, em situações de conflito, as partes não só dialoguem em busca de soluções para os danos reclamados, como procurem a conciliação antes que as infrações sejam judicializadas.

Na cerimônia de assinatura do protocolo, o presidente do STF e do CNJ, Ricardo Lewandovski, mostrou-se otimista com o alcance do protocolo.

– Para que nós possamos dar conta desse novo anseio de justiça, dessa busca pelos direitos fundamentais, é preciso mudar a cultura da magistratura. Parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos pela judicialização – propôs o ministro.

> Mutirões e fortalecimento dos gabinetes dos juízes são as melhores maneiras de avançar na produtividade do Poder Judiciário

RALPH MACHADO MONTEIRO • Juiz

— Para manter e aumentar esse nível que temos hoje é preciso valorizar e aumentar o número de funcionários, em especial no gabinete do juiz. Também poderiam ser realizados mutirões em Varas que estão com acervo historicamente atrasado. Esse esquema dos mutirões e do fortalecimento do gabinete do juiz são as melhores maneiras para avançar na produtividade — afirma.

O juiz Fábio Uchoa Montenegro, presidente do 1º Tribunal do Júri da Capital, também associa o bom desempenho dos juízes do Rio ao grande comprometimento e interação da classe. Para ele, o trabalho poderia se tornar ainda mais dinâmico se houvesse sistemas de transformação da oralidade em texto.

— O sistema informatizado é bom, mas requer muito tempo do juiz para despachar cada processo. As decisões poderiam ser ditadas e o sistema faria a transformação para texto. Seriam lavradas as sentenças e os despachos. Haveria uma oralidade, mas se documentaria essa oralidade por texto no processo — avalia Uchoa.

Além da proposta da oralidade, Uchoa também chama atenção para a necessidade de uniformizar o sistema de informática da 1ª e 2ª instâncias, a fim de tornar a tramitação processual mais transparente e ágil.

— O fato de cada tribunal superior e cada tribunal do país ter o seu sistema próprio cria uma certa dificuldade. Por exemplo, se esses sistemas fossem uniformizados no Brasil inteiro seria possível saber, de qualquer Corte do país, se um réu do Acre estava com mandado de prisão. Seria possível até, quem sabe, visualizar o processo de lá. Com isso, se evitaria o problema de um estado colocar o réu em liberdade mesmo ele tendo um mandado expedido por outra unidade da Federação. É verdade que com a centralização dos mandados de prisão no CNJ isso diminuiu, mas eu penso que ainda pode haver algum tipo de falha nesse sistema — alerta o magistrado.

Com base nos dados colhidos no relatório, a conselheira Maria Cristina Peduzzi informou que o CNJ está elaborando estudos para regulamentar o encaminhamento de anteprojetos de lei a fim de criar cargos ou unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário.

— É um trabalho enorme encaminhar projetos que efetivamente atendam às necessidades que foram constatadas. Com base na matemática, na estatística, podemos chegar a um aperfeiçoamento que, sem dúvida, se impõe. O presidente do CNJ também está criando uma comissão para pensar o Poder Judiciário com base nos dados constatados no relatório — disse Maria Cristina.

A apresentação do relatório "Justiça em Números 2014" é assinada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski. Na conclusão final, o CNJ reafirma o compromisso do Poder Judiciário brasileiro com a transparência e cita a implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) como uma das ferramentas tecnológicas criadas para promover a celeridade do Judiciário nacional. •

BRT. O transporte que está juntando a sustentabilidade com a tecnologia.

O BRT é mais do que o futuro dos meios de transporte. Ele é seu futuro também. Utilizado em vários países do mundo como solução inteligente, moderna, sustentável e econômica para a mobilidade urbana, o BRT também está conquistando o carioca. E isso é só o começo. Aguarde, que rapidinho o futuro vai chegar para você também.

Acesse www.brtrio.com e saiba mais.

BRT

O melhor de todos os caminhos.

brtrio.com
facebook.com/BRTRioOficial
twitter.com/brtrio

LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO

"Magistrados já trabalham no limite"

Especializado em Direito Constitucional e Processo Civil, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho ingressou na magistratura em 1982, e tornou-se desembargador há 15 anos. O magistrado preside a 3ª Câmara Cível

O que o senhor achou do desempenho dos juízes fluminenses no Relatório Justiça em Números 2014?
Considerando as enormes dificuldades e os obstáculos enfrentados — aí avultando o número insuficiente de juízes e servidores, o aumento desproporcional da demanda e a precariedade das instalações e de meios materiais disponíveis —, o desempenho dos magistrados, aliás também o dos servidores, pode ser caracterizado como excepcional. Em termos de Brasil, foi destacado pelo CNJ como o melhor do país, ponto que merece destaque especial, principalmente quando confrontado com aqueles gargalos, que perduram há décadas, de cobertor curto para as inadiáveis (mas invariavelmente adiadas) necessidades. Por isso, apesar de ainda precário diante da demanda, esse resultado confere realce e justifica parabenização aos nossos magistrados pela dedicação à função jurisdicional. Veja-se que apenas recentemente a presidente do TJ-RJ está cuidando de providenciar instalações condignas para a primeira instância, que até então penava com as condições de periculosidade, insalubridade e absoluta falta de espaço e dignidade para o trabalho. Assim mesmo, isto só ocorreu depois de mais uma das famosas metas do CNJ, que também neste assunto meteu sua colher, pretendendo, inclusive ao arrepio da autonomia constitucional federativa e dos tribunais, fixar regras de divisão da aplicação do orçamento entre os graus de jurisdição.

Que ações poderiam contribuir para aumentar a produtividade?
Os magistrados fluminenses, em regra, já trabalham no limite de suas condições físicas e de esforço intelectual, inclusive com reconhecido sacrifício da saúde e necessitando de frequentes licenças médicas, acarretando acumulações delas decorrentes, com evidente prejuízo do serviço. Assim, a ação preponderante há de recair na adoção cada vez mais intensa dos mecanismos alternativos à jurisdição convencional: arbitragem, conciliação e mediação. O cenário atual, de mais de 95 milhões de processos no acervo nacional, apresenta uma sensação de enxugamento de gelo. Só o Tribunal de Justiça fluminense responde por 10% do acervo nacional.

Juízes apontam a dedicação e a interação entre a classe como fatores responsáveis pelo desempenho. O senhor concorda?
Esses fatores são muito relevantes, liberando uma energia que sugere reconhecimento e valorização, inclusive — quando devidamente mensurados — para fins de progressão na carreira. Por outro lado, o fator estatístico não é tudo. Tomar-se a estatística como finalidade maior ou absoluta é tomar a nuvem por Juno e resvalar para uma letal ignorância da alma da jurisdição. Ela não existe sem a consideração da dignidade e da integridade dos cidadãos, que dela não podem prescindir como indissociável da vida em civilização e da garantia do estado democrático de direito e dos direitos fundamentais inscritos na Carta da República. •

MILTON FERNANDES DE SOUZA

“Há limitação de recursos humanos”

Presidente do Fundo Especial do TJ-RJ, que gerencia o custeio e os investimentos do Poder Judiciário estadual, Milton Fernandes de Souza é especializado em Direito Administrativo e Constitucional. Preside a 5ª Câmara Cível

O que o senhor achou do desempenho dos juízes fluminenses no Relatório Justiça em Números 2014?
Achei muito bom. É um trabalho que é resultado de um conjunto de medidas, fruto do esforço e das conversas dos juízes. Também resulta de algumas medidas de âmbito administrativo para identificar lugares e focos de maior congestionamento. Nosso acervo é de aproximadamente 8.680.000 processos. É necessário um conjunto de medidas administrativas e um grande esforço dos juízes, o que já acontece, para reduzir esse número.

Que ações poderiam contribuir para aumentar a produtividade?
É preciso identificar onde há, e quais são as razões de congestionamentos e problemas existentes. A judicialização é um problema crescente na sociedade. O sujeito vai à loja, compra um produto de vinte reais com defeito, e não consegue resolver na própria loja. Esse é um grande problema. Temos que ter medidas para resolver esses tipos de questão através de um julgamento mais rápido, sem muitas formalidades, como a mediação e a conciliação. O empenho e a melhoria das condições de trabalho dos juízes também são importantes. Já foi identificado que a maior causa de congestionamento, em todo o Brasil, são os executivos fiscais que ficam parados. Deve-se atacar esse foco, mas trabalhando com os limites dos recursos e dos juízes. Hoje, dos aprovados nos concursos de juízes, quatro ou cinco pedem exoneração.

Juízes apontam a dedicação e a interação entre a classe como fatores responsáveis pelo desempenho. O senhor concorda?
Sem dúvida isso é importantíssimo. Quanto mais se conversa para resolver questões de uniformização de jurisprudência, melhor. Quando os juízes conversam, eles ajustam os seus entendimentos, e isso evita conflitos quando o advogado vai litigar. Muitas vezes, ele até aconselha o próprio cliente a celebrar uma transação ou a seguir em frente. A padronização dos procedimentos cartorários também depende de investimentos e recursos, e permite que ações sejam otimizadas, de forma que o advogado chegue e saiba que o cartório A age igual ao cartório B, C, D, E, e que o juiz também saiba que aquilo é padrão. Dessa forma, o magistrado não precisa se preocupar em interferir. Ele só vai ter que gerenciar, mas não vai precisar da interferência constante para poder fazer o trabalho fluir. Mas há limitação de recursos humanos, porque aí depende de preparação. Por exemplo, a Esaj (Escola de Administração Judiciária) não pode fazer curso para todos os servidores. Aqui no Rio, a faixa é de 854 magistrados. E nós não podemos aumentar muito. Nós temos hoje em todo o Judiciário do Rio de Janeiro a gratuidade da Justiça, que chega a quase 75%. Qualquer processo que chega aqui, seja eletrônico ou físico, tem o custo do papel e da tinta. Tudo isso é feito com o trabalho dos juízes, e o orçamento é limitado. •

LEILA MARIANO

Dois anos à frente do TJ-RJ

Primeira mulher a presidir o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), a desembargadora Leila Mariano fala à revista FÓRUM Amaerj sobre ações e projetos implementados ao longo da sua gestão no biênio 2013/2014. A magistrada ressalta, entre outras iniciativas, o investimento para aprimorar a prestação jurisdicional do 1º grau e para otimizar o sistema de comunicação com a sociedade, magistrados e servidores, além das ferramentas adotadas para modernização e reforço do sistema de segurança da Corte fluminense. A desembargadora se orgulha das condecorações recebidas e aponta metas a serem cumpridas até o final do seu mandato, que acabará em janeiro de 2015

Como foi a experiência de ser a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro?
Uma experiência muito diversificada e rica. Já havia participado da gestão do antigo Tribunal de Alçada Cível do Rio e auxiliado presidentes e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Polinício Buarque de Amorim, na área de gestão de pessoas. Presidi o Conselho Consultivo da Esaj e fui diretora geral da Escola da Magistratura. Essas vivências me ajudaram a conhecer a complexidade do espectro de ação da Presidência, a compreender seus meandros e a tomar decisões. Mas, mesmo com todo o aporte adquirido anteriormente, ser presidente de um órgão com a dimensão e o histórico de excelência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é desafiador. Além da gestão de áreas tão múltiplas como pessoal, material, finanças, informática, engenharia, saúde e logística, há a parte de representação e a política, interna e externa. No início da gestão, busquei estabelecer um Plano Diretor de Gestão (PDG) e um Plano Estratégico. Esses planos foram desdobrados em 38 projetos estratégicos, sob a gerência de magistrados e com a participação de servidores. Até agosto de 2014, logrou-se alcançar o percentual de 81% da implementação dos projetos estratégicos traçados, com previsão de aumentar expressivamente esse avanço até o final do ano.

Durante sua gestão, foi instituída a Comissão de Gerenciamento do Portal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Quais os benefícios alcançados com essa medida?
Foi verificada a necessidade de se analisar o Portal do TJ-RJ não só sob o aspecto da usabilidade, como também do controle de seu conteúdo. A comissão realizou esse estudo, a partir de convênio estabelecido com o laboratório de informática da PUC-RJ. Fizemos um diagnóstico inicial, pelo qual se pode perceber que mais de 80% dos

acessos ao portal buscavam dois ou três conteúdos específicos. Muitas informações constantes do portal estavam defasadas, sendo necessária a implantação no TJ de uma governança efetiva para essa plataforma, estabelecendo a ordem de prioridade das informações, a responsabilidade por sua inserção e manutenção da sua atualização, bem como regras padronizadas para exibição dos conteúdos. Ficou claro que o portal deve apresentar matérias diversas, parte deles para o público em geral e outra de assuntos internos, restritos aos usuários da instituição, razão pela qual será feita a separação do que é conteúdo de internet e do que é de intranet.

A senhora inaugurou salas multiuso de videoconferência. Quais as principais vantagens de realizar videoconferências com presos de alta periculosidade?

A partir do trágico atentado de Bangu, vimos a necessidade de reduzir o transporte de presos. Com tal escopo o Órgão Especial editou a Resolução 45/2013, pela qual é limitada a possibilidade de requisição de presos apenas para participarem de audiências. Estabeleceu-se também que se utilizaria a videoconferência para presos de alta periculosidade, aqueles portadores de doenças transmissíveis ou os que tenham dificuldade de se locomover. Esse procedimento vem contribuindo para o aperfeiçoamento da Justiça, na medida em que se reduz o número de policiais nas escoltas e o risco de resgates, o que representa um grande benefício para a segurança pública, a segurança institucional e do próprio preso, além de atribuir maior celeridade na prestação jurisdicional.

> O Poder Judiciário precisa se modernizar, arejar suas estruturas, aderir a novas tecnologias e valorizar as pessoas

Que outras medidas foram implementadas para modernizar o TJ?

O Poder Judiciário precisa se modernizar, arejar suas estruturas, aderir a novas tecnologias, valorizar as pessoas e identificar o conhecimento dessas como maior patrimônio institucional, além de estabelecer parcerias com outras instituições e com a academia para projetos conjuntos. Por isso, aprovamos, após quase 40 anos, um novo Código de Organização Judiciária, atual Lei de Organização Judiciária; alteramos o Regimento Interno na parte que trata da eleição da alta administração; normatizamos no Regimento Interno o dissídio coletivo e o tratamento das ações de greve; estamos alterando o Código Tributário Estadual e a Lei de Custas; criamos cargos de chefes de serventia e instalamos novas serventias. No plano interno, revimos, com redução de cargos e economia, a estrutura orgânica das secretarias da Presidência e da 3ª Vice, disciplinamos e reorganizamos o tabelamento e o plantão das serventias de 1º grau. Como medida inédita na Justiça brasileira, instalamos cinco Câmaras Cíveis Especializadas em Direito do Consumidor. Em seu primeiro ano de existência foram julgados 62.530 processos, numa média de 12.500 por órgão julgador, cerca de 2.400 processos para cada desembargador, sendo de 91 dias o tempo médio desde a distribuição no 2º grau até a data do julgamento. Foram editadas 14 súmulas a respeito. Instalamos também mais duas Câmaras Cíveis e as respectivas secretarias. Um dos principais esforços empreendidos foi sistematizar o processo judicial eletrônico. Para tanto, reforçou-se a infraestrutura de informática, com a aquisição de novos computadores e equipamentos de distribuição da rede interna. Estabeleceram-se planos de expansão por setores, dotando-os de equipamentos compatíveis, elaborando a regulamentação dos diversos procedimentos e procedendo ao treinamento dos envolvidos. Foram instaladas centrais de digitalização e indexação para o segundo grau de jurisdição, com adoção de padrões mínimos uniformes para a virtualização dos processos físicos. No primeiro grau, o tribunal seguiu a orientação básica de tornar viável a informatização a partir do estabelecimento do marco zero para determinadas competências e locais, evitando-se assim o alto custo e baixo desempenho da digitalização. Foi licitada a compra de novos notebooks. A base de jurisprudência já foi equacionada e estão sendo desenvolvidos dois projetos de consulta, ambos pelo Portal, com ferramentas de busca mais modernas. Está em fase de licitação projeto para solução das caixas de correio, com ampliação do número de usuários e da capacidade de armazenamento para os magistrados, além de Office na nuvem, que permitirá ao magistrado ter acesso a todos os seus arquivos de qualquer máquina. Através do diálogo com várias instituições, buscou-se facilitar as condições da atividade jurisdicional. Cito como exemplo parcerias com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária para instalação e ampliação do sistema de videoconferência; com a Polícia Civil, para ampliação da agilidade nas perícias de voz e destinação de bens e drogas apreendidos; com o estado e o município para instalação e operacionalização de vilas terapêuticas, entre outros. Estabelecemos con-

▶▶▶

Desembargadora Leila Mariano

vênios com a Uerj, para projetos de sustentabilidade, em especial o que traça Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; com a FGV, para pesquisa no campo das ações que envolvam Direito do Consumidor, e com a PUC-Rio, voltado ao desenvolvimento da informática e dos sistemas que atendem a todas as diretorias do TJ-RJ. Uma de nossas maiores preocupações foi reorganizar a Escola de Administração. Foi instituído o projeto Fortalecimento da Gestão de Pessoas por Competências, através do qual foram identificados os conhecimentos e habilidades necessários a cada cargo efetivo ou comissionado e os cursos solicitados por magistrados e servidores . Está sendo desenvolvida a organização desses cursos, quer presenciais, quer por EAD. Foram disponibilizados diversos cursos, com uma vertente para os servidores da área judiciária e outra para os da área administrativa. Paralelamente se organiza um banco de talentos de servidores já capacitados para futura seleção informal como secretários e assessores. Outra iniciativa foi a implementação da Lei de Acesso à Informação.

Em 2012, a senhora afirmou que um dos objetivos da gestão seria investir na primeira instância. Quais foram esses investimentos?
Estamos realizando ações voltadas ao aprimoramento da prestação jurisdicional pelo primeiro grau. Um dos maiores problemas das serventias é a escassez de pessoal. Com o objetivo de ampliar o número de servidores, conseguimos aposentar mais de 400 servidores que ocupavam os últimos níveis da carreira, abrindo espaço para a promoção de mais de três mil servidores e a chamada de mais de mil e duzentos concursados. Mesmo assim, o quantitativo disponível é insuficiente para atender a multiplicidade de unidades judiciais e de apoio. Instituí um grupo de trabalho que teve como uma das suas funções estabelecer a lotação dos servidores, com foco na otimização do atendimento, de modo a assegurar eficácia e agilidade na prestação do serviço jurisdicional. Estabeleceu-se o indicador operacional Lotação de Servidores por Área, que visa ao acompanhamento da proporcionalidade de distribuição da lotação. Através de ato normativo, instituí o projeto estratégico Sistematização da Gestão Orçamentária, cujo objeto foi rever, de forma participativa, o Plano de Ação Governamental. Esta iniciativa possibilita a destinação racional dos recursos a serem utilizados pelos gestores, dando cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e estabilidade à execução do orçamento. Assim, todas as aquisições ou contratações de serviço, no que concerne a investimento ou manutenção, são vinculadas à existência de verba com tal destinação. Os investimentos, no ano de 2013 e

2014 até agosto último, no primeiro grau, foram substancialmente superiores àqueles feitos no segundo grau. Para que se tenha uma tecnologia eficaz, estabeleci quatro projetos estratégicos voltados à infraestrutura de TI, a saber: Implementação de Governança de TI, Processo Judicial Eletrônico, Processo Administrativo Eletrônico e Aquisição de Sistemas Eletrônicos Integrados, para a área administrativa. Para tanto, foi criado o Comitê Gestor da Tecnologia da Informação, colegiado administrativo que sugere a política de TI e medidas relativas à gestão operacional da área. Fizemos contratações de serviços atendendo às Resoluções 99 e 182 do CNJ e a orientações do TCU. Com isso pudemos implementar a Fábrica de Projetos e revimos as demais contratações. Em parceria com o TRF da Segunda Região, desenvolvemos o programa siga-doc, para o processo administrativo eletrônico, hoje já implantado como piloto na Corregedoria Geral de Justiça. Realizamos convênio com a PUC-Rio, por seu laboratório de informática, com o objetivo de se obter orientação quanto à aquisição de sistemas ou aplicativos que propiciem a integração de dados na área administrativa e a obtenção de relatórios gerenciais seguros de forma mais eficaz. Estão em conclusão os termos de referência para possibilitar a licitação dos sistemas que vierem a ser indicados, como estão concluídos os levantamentos para desenvolvimento, pela Fábrica, de ferramentas para a modernização de nossos sistemas. Reforçando o compromisso da administração com a valorização do primeiro grau, determinei que o acesso remoto aos sistemas fosse priorizado para os juízes, com a adoção da solução de VPN pela web, o que possibilita ao juiz trabalhar de casa, fora do horário de expediente, como tradicionalmente já fazem com os processos físicos. Através de resolução do Órgão Especial foi implementada a Estratégia Estadual de Autocomposição de Conflitos, que estabelece política para implementação de meios não adversariais para solução de conflitos, judicializados ou não. Para tanto foi inaugurado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, no qual foram instalados o Nupemec e o Centro Permanente de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis. Aderimos à Enajud, Estratégia de Não Judicialização do Ministério da Justiça, e estamos atualizando e fazendo a capacitação de antigos e novos voluntários para atuarem como mediadores e conciliadores. A adesão de concessionárias, bancos e instituições particulares e públicas, dispostos a assumir, em pactos institucionais, o compromisso de mudança de comportamento de seus administradores de molde a reduzir o surgimento de conflitos bem como o número de acordos obtidos nas audiências concentradas é animadora, possibilitando que se reduza o estoque de demandas e se dê passos para a pacificação social. Além de serem fortalecidos os Centros Judiciários de Resolução de Conflitos e Cidadania das regionais e do interior, foi inaugurado o Centro na Comarca de Volta Redonda. Com auxílio de dados gerenciais da área jurisdicional fornecidos pelo Departamento de Informação da Prestação Jurisdicional é identificado o surgimento de demandas oportunistas, sendo sugeridas medidas gerenciais para que lhes sejam dadas soluções antes que haja seu crescimento desmedido, inviabilizando a prestação jurisdicional regular. Em duas oportunidades, uma delas em 2013, graças ao monitoramento feito pelos juízes, foram descobertas fraudes perpetradas por alguns advogados em demandas de massa, seguindo-se sua apuração e encaminhamento à área de segurança e ao Ministério Público. Objetivando reduzir o número de processos em fase de execução, foi editada resolução conjunta da Presidência e da Corregedoria que possibilitada a extração, on line, de certidão da dívida liquidada e sua remessa eletrônica à distribuição para cartórios extrajudiciais, com o fim de cobrança e, se for o caso, seu protesto, extinguindo-se o processo judicial. A medida teve vigência a partir do mês de julho último. Apoiamos a Justiça Itinerante, ampliando sua atuação para Vila de Cava, Comarca de Nova Iguaçu-Mesquita e implantando o Cartório Único para Erradicação do Sub-registro de Nascimento. Procuramos igualmente priorizar a melhoria das condições de trabalho de magistrados e servidores de primeiro grau, procuradores, defensores, advogados e jurisdicionados. Para tanto envidaram-se esforços na elaboração dos projetos básicos e executivos para readequação do Embasamento e Lâminas I e II do Fórum Central. Realizada licitação e ultimado o contrato, a obra iniciou-se no dia 1º de setembro último, sendo de 30 meses o prazo para seu término, para o que foi preciso transferir quarenta e quatro Varas Cíveis para um prédio situado na Avenida Presidente Vargas, alugado para esse fim. Atenderemos com a obra gabinetes, serventias e salas de audiências, ampliando em 35%

> Em duas oportunidades, uma delas em 2013, graças ao monitoramento feito pelos juízes, foram descobertas fraudes em demandas de massa

as Varas Cíveis e de Família, e em 55% as Varas de Fazenda Pública, daremos nova configuração à Vara de Execuções Penais e à de Registros Públicos, além de instalar com mais conforto os serviços correspondentes como Centrais de Mandados, Apoio Técnico etc. Ainda no Fórum Central, realizamos a remodelação do espaço de 31 Varas Criminais, de dois Juizados Criminais e a ampliação da Central de Assessoramento Criminal, de molde a propiciar maior segurança a autoridades e usuários, e procedemos à mudança do I Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher, antes na Carioca, e da Auditoria Militar, antes na Gamboa, e ali instalamos o V Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher. Fornecemos, na Lâmina V, instalações compatíveis para os gabinetes, secretarias e salas de sessões das Turmas Recursais. Instalamos também o Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos, adjunto à 2ª Vara Regional da Ilha do Governador; a 2ª Vara criminal da Comarca de Macaé; o II Juizado Especial Cível da Comarca de Teresópolis; a 2ª Vara de Família Regional de Alcântara, Comarca de São Gonçalo; o IV Juizado Especial Cível de Nova Iguaçu-Mesquita; a 3ª Vara Cível de Itaboraí. Estão para ser instalados o IV Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Fórum de Bangu; a 3ª Vara no Fórum de Rio das Ostras, com competência de Família, Infância, Juventude e Idoso; a 3ª Vara de Família da Leopoldina; a 2ª Vara de Infância Juventude e Idoso e o VII Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Fórum da Barra da Tijuca; o Juizado Especial Cível de Bangu e o Juizado Especial Cível de Santa Cruz. Iremos promover a transferência do IV Juizado Especial Cível, do Catete para o Fórum Central; do IX Juizado Especial Cível, da Veiga de Almeida para novo prédio alugado, e da Vara de Infância e Juventude, da Gamboa para o Fórum da Leopoldina. Foram concluídas obras e inaugurados prédios nos quais instalamos o Fórum de Campo Grande; o Fórum de Rio Bonito; o Fórum de Mesquita; o Fórum de Teresópolis; o Fórum de Alcântara; o Fórum de Nilópolis; o Fórum de Itaboraí e Anexo do Fórum de Bangu, devendo ser inaugurado, até o final da gestão, os Fóruns de Iguaba Grande e Arraial do Cabo. Das obras iniciadas na gestão passada apenas a do Fórum de Angra dos Reis não será concluída, em razão da falência da empreiteira contratada. Deixaremos, contudo, a continuação da obra licitada, após o inventário da obra realizada e apuração da parte faltante, do que resultou a necessidade de elaboração de novo projeto básico e de projeto executivo. Estamos concluindo vistoria em 98 prédios do Poder Judiciário e procedendo a sua avaliação técnica, visando à elaboração de um plano de obras, com âmbito quinquenal, e sua impactação no PAG, a ser levado ao Órgão Especial para aprovação. Em 2014, teremos renovado 30% da frota de expediente entre Gols, vans, minifurgões e caminhões, sendo que a frota substituída será leiloada. Outrossim, em atendimento a resolução do CNJ, instalamos controles de acesso nos Fóruns de Bangu, Duque de Caxias, Petrópolis, Região Oceânica e São João, preconizando política isonômica pela qual todos, magistrados, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, advogados, servidores, auxiliares da Justiça e público em geral passam pelos portais. A medida já permitiu apreender facas, munições etc., com encaminhamento de seus portadores, se não autorizados, à autoridade policial para o competente inquérito.

Em uma entrevista de 2013, a senhora apontou o número de processos como o maior desafio na Presidência. Qual foi o trabalho feito no intuito de sanar este problema? Quais foram os resultados obtidos?

Enquanto o Poder Judiciário nacional tem mais de noventa milhões de processos em estoque, o do Estado do Rio de Janeiro mantém um décimo desse número, ou seja, em torno de nove milhões, distribuídos em 82 comarcas e por 677 juízes. Se, hipoteticamente, equalizássemos a distribuição e todos os magistrados estivessem em exercício, teríamos sob a responsabilidade de cada um deles, independentemente do grau de jurisdição, dez mil processos, o que se afigura um número absurdo. Esse não é o quadro real e há áreas em que o condensamento de processos é muito maior, como é o caso dos Juizados Especiais Cíveis. Para atender a essa demanda concentrada e contínua, procuramos, nessa área, priorizar os mutirões. Estamos realizando estudo para que, no início do próximo ano, seja possível converter os Juizados da Capital em híbridos, passando os novos processos a serem eletrônicos. Outras áreas carentes são as Varas Cíveis e de Fazenda Pública, razão pela qual fortalecemos o Grupo de Sentença, que, só no ano de 2013, proferiu mais de trinta mil sentenças. As Varas Cíveis do Fórum Central e algumas regionais já funcionam de forma híbrida: os novos processos são eletrônicos, assim como aqueles que baixam do tribunal, mantendo-se ainda por algum tempo o acervo físico. Procuramos também atacar os cartórios de Dívida Ativa, visto que as execuções fiscais são responsáveis por cerca de 50% do estoque geral de processos. Junto com as Procuradorias da Dívida Ativa de diversos municípios foram estabelecidas metas para a redução do acervo. Estão em andamento projetos nesse sentido junto aos municípios de Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Pe-

trópolis, Maricá. O Cartório da Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro ainda este ano passará a ser híbrido, sendo as novas execuções fiscais distribuídas por sistema eletrônico. Temos que ressaltar a importância da parceria estabelecida com o município do Rio através de sua Procuradoria e sua Secretaria de Fazenda. Outra especialidade com grande concentração de demanda são as Varas de Infância e Juventude. Vamos, ainda nesta administração, implantar a 2ª Vara de Infância e Juventude e Idoso, com competência concorrente com a 1ª Vara, estando em estudos a informatização de ambas. A Vara de Infância e Juventude, hoje na Gamboa, está sendo transferida para o Fórum da Leopoldina, com o objetivo de implantar a Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas. Também estamos dedicando atenção concentrada à Vara de Execuções Penais, cujo juiz titular não mede esforços no sentido de racionalizar a organização cartorária e assim otimizar a concessão de benefícios. A formação de um grupo de juízes voluntários que estão auxiliando nos casos de livramento condicional também irá reduzir o acervo, tudo para viabilizar sua informatização e a virtualização integral da Vara.

Como a senhora dimensiona a importância da alteração do Codjerj e do Regimento Interno, propostas que foram votadas na sua administração?

Acredito que essas, entre outras mudanças feitas nesta administração, sejam as mais profundas, daí terem sido tão polêmicas. A atualização da carta política do Poder Judiciário, quer quanto à sua organização judiciária, quer quanto à eleição de sua administração superior, de forma democrática, em votação aberta, possibilitando a participação de todos os desembargadores e juízes, é algo inédito no país. Apesar das dificuldades na condução do processo, o Tribunal Pleno deu um exemplo de maturidade ao normatizar a ampliação do número dos elegíveis, possibilitando a todos os desembargadores concorrerem para aqueles cargos. Não tenho dúvidas que a carreira terá novo atrativo, mas também cobrará maior conhecimento e participação na área administrativa, de molde a que estejam preparados para o exercício do poder.

Em 2013 e em 2014, a senhora foi homenageada com o prêmio Personalidade Cidadania, concedido a pessoas e instituições que contribuem para a defesa do cidadão, o fortalecimento das políticas de promoção social e os valores éticos. Como foi a experiência de receber o prêmio duas vezes consecutivas?

Senti-me lisonjeada e gratificada após tantos anos de trabalho no Poder Judiciário. A defesa das garantias constitucionais, dos direitos humanos, do fortalecimento das políticas de promoção social e dos valores éticos é obrigação de todos os administradores públicos, de todos os cidadãos e principalmente de nós, magistrados, que, num país com tanta desigualdade, tivemos a sorte de cursar uma faculdade e obter, por concurso público, cargo que nos permite usufruir, com a nossa família, de uma vida digna.

Qual é o principal legado da sua gestão?

Além de um novo Código de Organização Judiciária e das mudanças regimentais referidas, democratizando o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, ter conseguido pagar quatorze anos de atraso de precatórios e pagar os novos precatórios no semestre seguinte à sua inscrição, foram, sem dúvida, uma inovação substancial. Essa solução foi instrumentalizada na Lei Complementar nº 147/2013, ao possibilitar que fossem utilizados 25% do valor dos depósitos judiciais para fazer esses pagamentos, assumindo o Executivo a obrigação de pagar ao tribunal os rendimentos e restituir o principal com os acréscimos legais em determinado prazo, sem ofender o direito dos beneficiários dos depósitos judiciais e viabilizando que se cumpram decisões judiciais condenatórias do estado com eficiência. Também considero inovadora a faculdade concedida às partes vencedoras de uma demanda de, após liquidado seu crédito, levar a certidão de dívida a protesto, desistindo da execução judicial. A médio prazo, a medida terá efeito didático e, creio, levará os devedores a cumprirem com mais presteza a obrigação que lhes foi imposta judicialmente. Realizar uma administração dialógica, através de uma gestão participativa, na qual vários magistrados de segundo e primeiro grau e servidores foram chamados a conduzir e a participar de projetos e grupos de trabalho, identificando problemas, discutindo-os, propondo soluções e acompanhando a implementação daquela que veio a ser aprovada, também é, ao meu sentir, uma experiência que deva ser fortalecida e aprimorada, mormente agora que todos os desembargadores podem aspirar ao exercício de cargos na administração superior. ●

> “A defesa das garantias constitucionais, dos direitos humanos e dos valores éticos é obrigação de todos os administradores públicos

Celebração da vida e da dignidade

Apresentações de música e dança marcarão solenidade de encerramento do 3º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos

O troféu do Prêmio Patrícia Acioli

No próximo dia 17 de novembro, às 19 horas, o direito à vida e à dignidade humana será defendido e celebrado no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Na ocasião, serão revelados e premiados os vencedores da 3ª edição do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos, criado pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) em homenagem à juíza que lutava incansavelmente pela justiça social. Com direção da presidente do teatro, Carla Camurati, a premiação terá como mestres de cerimônia a bailarina Ana Botafogo e o ator Mateus Solano.

Os direitos humanos e a cidadania serão aclamados em um espetáculo musical que reunirá o coreógrafo Carlinhos de Jesus, as Orquestras Sinfônicas de Paquetá e de São Gonçalo, o Coral de Crianças da Fundação Xuxa Meneghel, a Escola de Dança Maria Olenewa e a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira.

Os primeiros colocados de cada categoria receberão durante a cerimônia um troféu estilizado com o rosto da juíza Patrícia Acioli. Nas categorias Trabalhos Acadêmicos e Práticas Humanísticas, os vencedores também ganharão prêmios em dinheiro, que variam entre 15 e 5 mil reais. Na categoria "Redações dos Alunos do Ensino Fundamental", os estudantes serão contemplados com tablets, para o aperfeiçoamento educacional.

A terceira edição do Prêmio foi lançada em 11 de agosto, em solenidade com representantes de esferas da sociedade. Magistrados, parlamentares, empresários, movimentos sociais e estudantes prestigiaram a cerimônia de abertura, que teve apresentação da Orquestra Maré do Amanhã e do Grupo Restauros. O Prêmio tem como parceiros a mineradora Vale, o Banco Bradesco, a Firjan, o Rio Ônibus e a Fetranspor. Também apoiam a premiação o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Fundação Xuxa Meneghel, o Theatro Municipal do Rio de Janeiro e o Movimento Gabriela Sou da Paz. ●

Luis Henrique

Orquestra Maré do Amanhã embalou a cerimônia de abertura do 3º Prêmio Juíza Patrícia Acioli

QUATRO PERGUNTAS PARA CARLA CAMURATI

Meta de projetar o Municipal para o futuro

Presidente da Fundação Theatro Municipal desde 2007, Carla Camurati firmou uma parceria com a Amaerj que visa a facilitar o acesso dos associados às atividades culturais daquela instituição. Atriz e cineasta, ela fará a direção da cerimônia de encerramento da 3ª edição do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos, dia 17 de novembro no Municipal. A mestre de cerimônia do evento será a bailarina Ana Botafogo.

Acervo TM-RJ

O que representa para a senhora essa passagem pelo Municipal?
É uma honra estar à frente de um equipamento que orgulha o Estado do Rio. Devo isso à secretária de Cultura Adriana Rattes, que me confiou a missão. O ex-governador Sérgio Cabral também sempre deu toda atenção ao teatro, e o restauro do prédio histórico é um bom exemplo disso. Essa preocupação também se registrou na gestão do governador Luiz Fernando Pezão.

Como a senhora avalia o trabalho de restauração?
O teatro estava em estado deplorável. Modernizamos o palco, recuperamos pinturas históricas. Recuperamos a gestão operacional, importante para a escolha da programação e para melhorar os salários dos funcionários. Ano passado, concluímos os concursos para o balé, o coro e a orquestra, visando a preencher as vagas de artistas que se aposentaram.

Planos para o futuro...
Estamos digitalizando o acervo da Fundação, para aperfeiçoar nosso centro de documentação, que será parte integrante da Fábrica de Espetáculos, na Zona Portuária. Gosto de chamar esse espaço de Parque Temático do Clássico, que ocupará uma área de 7 mil metros quadrados. Ali teremos a nova central técnica de produção, a Escola de Dança, Artes e Técnicas Maria Olenewa, um espaço para preservação de acervo e exposições. As pessoas perceberão que o que está por trás da cena, nos bastidores, é um espetáculo à parte.

Qual sua expectativa para participar da entrega do Prêmio Patrícia Acioli?
Participar desse evento ligado aos direitos humanos complementa nossas aspirações artísticas. Amplia o espectro da nossa ação. Não sou uma pessoa que costume criar expectativas para mim mesma. Prefiro voltar minha energia para a realização. Estamos trabalhando para fazer da terceira edição do prêmio uma ocasião especial. •

Amaerj e TJ-RJ promovem casamento coletivo

No dia 30 novembro, o Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (Deape) do TJ-RJ, com apoio da Amaerj e patrocínio da Firjan, promoverá no Maracanãzinho uma cerimônia de casamento coletivo para dois mil casais. A iniciativa integra o Projeto Dia do Sim, que em agosto converteu duas mil uniões estáveis em casamento. A Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj) também participou do projeto, disponibilizando o espaço para a realização das audiências. Cerca de 28 juízes trabalharam voluntariamente, se revezando aos sábados e domingos nas 250 audiências diárias. A Amaerj ajudou na captação dos parceiros e no apoio logístico. Os casais receberão as certidões de casamento expedidas pelo Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) e celebrarão o ato civil.

Também em novembro, dia 23, será realizado o projeto O Amor é Legal, com a celebração da união de casais homoafetivos, outra iniciativa do Deape, junto com o Rio Sem Homofobia - Secretaria de Estado de Assistência Social. A coordenadora do projeto, juíza Raquel de Oliveira, estima que mais de 200 pessoas participem do evento, no Armazém Utopia, na Zona Portuária.

Os casamentos comunitários, incorporados à agenda do Judiciário fluminense, beneficiam pessoas com renda familiar até R$ 2,5 mil. É preciso morar no município do Rio, já conviver em união estável e não ter impedimento legal. •

Com certeza absoluta a parceria entre o Movimento Gabriela Sou da Paz e a Amaerj, através do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos, traz uma nova esperança a todos que fazem parte do rol de vítimas da violência. Para os Movimentos Sociais abre-se uma nova perspectiva na busca de uma Justiça mais ágil e comprometida com os anseios da sociedade.

SANTIAGO • Representante e idealizador do Movimento Gabriela Sou da Paz

Neste ano, em que celebramos 25 anos de atuação pelos direitos das crianças e adolescentes, a Fundação Xuxa Meneghel tem orgulho e alegria em ser parceira da Amaerj na realização do Prêmio Juiza Patricia Acioli de Direitos Humanos, especialmente pela oportunidade de dar visibilidade e difundir experiências e ações de tamanha relevância no país. Destacamos a categoria das redações de alunos das escolas da rede municipal, pois a participação infanto-juvenil é um exercício fundamental para a expressão da cidadania, garantido como direito nos marcos legais da infância. E esta parceria se estende em uma frente de mobilização com toda a sociedade, para refletir sobre a educação das crianças e adolescentes sem o uso dos castigos corporais e humilhantes, por meio da aprovação recente da Lei Menino Bernardo.

ANA PAULA RODRIGUES • Coordenadora do Programa Redes e campanhas da Fundação Xuxa Meneghel

Diante do cenário político atual, dentro do qual a magistratura tem sido exposta a diversos questionamentos com o claro propósito de enfraquecê-la institucionalmente, a construção de uma agenda associativa comum passou a ser crucial. Como o trabalho em torno da aprovação da PEC 63 e da emenda por eleições diretas nos tribunais, que tem demonstrado que essa é a melhor e mais eficiente estratégia de ação. Aqui no Rio de Janeiro esse espaço vem sendo construído com a interlocução e troca de experiências entre os colegas estaduais, federais e o ministério público. Acreditamos com convicção nesse caminho e contamos com o apoio integral de nossa representação nacional, o que apenas reforça a importância dessa iniciativa.

PAULO PERISSÉ • Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra1)

Todos os juízes são responsáveis pelo resgate e pela valorização da magistratura. Nossa carreira, pela responsabilidade de nossas funções, tem de ser extremamente atrativa para aqueles que nela estão e para aqueles que nela desejam ingressar. Pela importância deste momento, é imprescindível a união dos juízes federais e estaduais, pela aprovação da PEC 63 (Adicional de Valorização do Tempo de Magistratura) e pela Democratização do Poder Judiciário. Só com atuação conjunta conseguiremos mostrar a força da magistratura brasileira.

EDUARDO ANDRÉ BRANDÃO DE BRITO FERNANDES • Presidente da Ajuferjes (Associação de Juízes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo) e Vice-presidente da Ajufe (Associação de Juízes Federais do Brasil) na 2ª Região

A juíza Patrícia Acioli dedicou sua vida à defesa dos direitos humanos. O prêmio em sua homenagem é uma forma de dar sequência e repercussão ao seu belo trabalho. Na Vale temos como missão transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. Queremos ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta. A juíza Patrícia Acioli tinha paixão pelas pessoas. Isso nos motivou a participar dessa homenagem.

CLOVIS TORRES • Consultor geral e diretor de Integridade Corporativa da Vale

O respeito aos direitos humanos dentro do ambiente corporativo é uma questão de direito, de cumprimento das normas legais, que garantem a capacidade de desenvolvimento dos seus colaboradores, promovendo a vida em sociedade. Logo, quando uma empresa se dispõe a participar de um prêmio que evoca a importância de garantir esses direitos, significa que ela está comprometida com uma gestão que leva em conta a preservação plena da vida e da diversidade.

LELIS MARCOS TEIXEIRA • Presidente do Rio Ônibus e da Fetranspor, patrocinadores do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos

O trabalho de parceria entre as associações da magistratura e do Ministério Público tem sido fundamental para o fortalecimento das instituições. A união das entidades de classe tem permitido um maior diálogo com o Poder Executivo e, principalmente, com o Poder Legislativo. No caso do ATS, ou melhor, da parcela de valorização do tempo de serviço, por exemplo, essa união propiciou o avanço do projeto no Senado Federal, ainda com forte resistência política do governo federal, externada por seus representantes naquela Casa legislativa. Ainda temos muito a fazer, mas certamente com a união das entidades de classe será possível alcançar nossos objetivos institucionais e classistas de interesse comum.

LUCIANO MATTOS • Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj)

HOME OFFICE

Hora de avaliar o trabalho em casa

Inovações tecnológicas jogam a favor de mudanças na prestação de serviços, mas isso depende da forma como os tribunais as empregarão

A revolução dos meios eletrônicos de comunicação e informação transformou o mundo, num movimento tão dinâmico que se torna impossível acompanhar todas as inovações dela decorrentes. Novas tecnologias, e ferramentas digitais que as implementam ou delas dependem para serem aplicadas, até não muito tempo impensáveis na cultura humana, são despejadas em profusão no mercado, ampliando a oferta de serviços, de oportunidades profissionais (e seu exercício), a mobilidade, aperfeiçoando a organização do Estado e tudo o mais que se relaciona à organização do homem em sociedade. Estão aí, para ficar, a internet, as redes sociais, a diversificação e o barateamento dos computadores — enfim, chega-se a uma grande integração do planeta a modernas técnicas e linguagens.

Se tais inovações chegam para melhorar ou piorar o mundo, depende exclusivamente da forma como o homem as empregará. A revolução tecnológica pode ser um instrumento do bem ou do mal, da eficiência ou da letargia funcional, mas uma característica dela não se discute: as transformações vieram para ficar. São uma conquista definitiva da humanidade.

Esta é uma realidade irreversível — mas que, em nada, deve implicar reações a priori, seja de passiva aceitação do novo, o que seria desastrosa opção pela leniência, ou, por outro lado, a resistência ao inédito via atitudes gratuitamente críticas, a negação pela negação.

BOM OU RUIM?

É sob este prisma que uma — entre tantas — questão tem se colocado para a magistratura: a adoção no Judiciário do modelo de trabalho home office, hoje viável em face do avanço da tecnologia, se encaixaria de que lado dessa realidade? O tema merece ser avaliado pelos dois ângulos, sem paixões ou preconceitos de parte a parte. Está fora de discussão que essa é uma tendência, não só nos tribunais, mas em diversos ramos do exercício profissional. Graças a dispositivos que se aperfeiçoam a cada dia, é possível, por exemplo, um jornalista escrever sua reportagem e editá-la sem que, necessariamente, ponha os pés na redação. Um médico pode, pelo seu computador pessoal, prescrever uma receita a um paciente com dificuldades de locomoção, desobrigando-o do sacrifício de ter de se deslocar até um consultório. E por aí vai.

No caso do Judiciário, a flexibilização da frequência ao local de trabalho já é adotada em algumas instâncias. O TST permite que funcionários de determinadas áreas trabalhem no sistema home office, com a obrigação de comparecer ao tribunal a cada 15 dias. O Tribunal de Justiça de São Paulo libera servidores, dois dias por semana, para exercer em casa suas funções. Mas há, por certo, dificuldades na adesão a esse sistema. Especificamente na Justiça brasileira, o home office pressupõe existência de uma rede de informatização que opere com eficiência e em permanente disponibilidade — e eis aí um gargalo a ser enfrentado. Nem todos os tribunais brasileiros estão equipados de modo a poder se integrar a tal sistema, ou, por renitência, alguns ainda se apegam a procedimentos burocráticos que emperram o funcionamento da máquina judicial.

Há estudos no CNJ para a criação de um programa padrão, de alcance nacional, que visa a integrar todo o sistema judiciário do país. É uma iniciativa que, para além de se somar às possibilidades do trabalho feito a partir de casa, traria adicionalmente benefícios como a aceleração da tramitação de processos, assessoramento mais eficaz aos magistrados nas suas atividades judicantes, redução da margem de equívocos em julgamentos provocados por informações ineficientes ou insuficientes etc.

CONTROLE

Mas, seja no Judiciário ou em qualquer outra atividade, o home office também precisa passar pelo crivo dos pontos que, em vez de benefícios, podem implicar transtornos. Questões como às sempre presentes ameaças de invasão, via hackers, de sistemas ou de computadores pessoais e o controle da produtividade dos funcionários e magistrados, entre outros, precisam ser discutidas profundamente.

Em particular, o cuidado com a produção é uma das questões mais delicadas. Liberar o funcionário para fazer de casa suas obrigações pode ter duas consequências. Uma, atende ao lado do bem da realidade: a adoção do home office no TST resultou, segundo a Corte, num aumento de 20% da produtividade; por outro lado, pelo viés negativo, deve-se avaliar como concreto o risco de, liberado para trabalhar em casa, o funcionário relaxar e aproveitar o tempo que deveria destinar a afazeres profissionais para se entregar ao entretenimento.

Enfim, como qualquer inovação, o home office pode se traduzir em algo positivo ou ser instrumento de malversação do tempo de trabalho. O debate está aberto, e que dele resulte o melhor para o Judiciário. •

OPINIÃO
DESEMBARGADOR ROGÉRIO DE OLIVEIRA SOUZA

Como o senhor avalia as mudanças no sistema de trabalho do Judiciário?
Acho positivas. Já era tempo de os tribunais começarem a flexibilizar a frequência no local de trabalho. Há muitos transtornos de locomoção nas grandes cidades. E, um grande ganho com esta nova realidade, é o fim dos gastos com a construção de prédios imensos para o funcionamento dos serviços judiciários. Ainda mais no caso dos tribunais, em que o papel está sendo substituído pela informação digital, e a prestação do serviço de assessoria, como também da maioria dos atos de processamento, pode ser feita de outros locais.

O sistema precisa de pré-condições?
Tal comodidade pressupõe um sistema de informatização judicial razoável em termos de eficiência e permanente disponibilidade. Estamos caminhando, e a Justiça do Rio é uma das pioneiras neste sentido. Ainda temos de avançar, mas esse caminho é irreversível.

Como o senhor analisa a expansão do Processo Judicial Eletrônico e quais os desafios para sua implementação?
Como toda novidade, a resistência ao PJE é normal. O CNJ estuda um padrão nacional, o que me parece que deve ser a solução para integrar o Sistema Judiciário Nacional num único programa. Nosso programa principal, o Ejud, ainda tem falhas. Ele precisa ser simplificado para se chegar a uma única finalidade: publicar, assinar e conferir. É falha a comunicação entre o sistema e o banco depositário de valores. Outro ponto é a manutenção do atual sistema de citações ou intimações pessoais, quando todos nós já temos nosso endereço digital.

Como seria mensurado o trabalho de servidores e juízes nesse sistema?
É crucial haver um sistema de efetivo controle do resultado final do trabalho produzido em casa. Mas eu vejo uma mudança para melhor. Em casa, o servidor está em seu ambiente, com tudo à mão. Eu já emprego esse sistema de trabalho doméstico em meu gabinete. Não houve queda de produtividade. Mas tem de haver controle. Você pode delegar, mas tem de controlar a delegação.

O TST assegura que houve aumento de 20% na produtividade desde a adoção do sistema home office. A que o senhor atribui essa tendência?
Acredito que seja o conforto do lar. Também a ausência de pressão negativa, o trabalho realizado em ambiente construído de acordo com as necessidades individuais.

Quais os pontos negativos?
A desvantagem poderá surgir se o sistema de controle de resultados não estiver funcionando. Neste caso, os malefícios serão tremendos, porque toda uma cadeia de informação poderá ficar comprometida, desde a ponta inicial até o fecho final, que compete ao magistrado.

Quais as perspectivas em relação ao home office?
São boas, porque se trata de uma tendência mundial. E é mais econômico. Há menos exigências de espaço, menor ocorrência de acidentes de trabalho, de doenças, o tempo perdido é menor. Sem falar na completa desnecessidade de se manterem prédios enormes ocupados com centenas de funcionários. •

HOME OFFICE

Trabalho remoto na agenda

Serviços a distância, feitos a partir de um ponto distinto do local de trabalho, são uma realidade em tempos de internet e revolução tecnológica. O modelo já chegou ao Judiciário, mas é preciso considerar prós e contras. Os juízes Antônio Henrique Corrêa da Silva e Erica de Paula Rodrigues da Cunha debatem o tema

A FAVOR

Aumento da qualidade

ANTÔNIO HENRIQUE CORRÊA DA SILVA • 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Ao Judiciário tem-se exigido mais celeridade e produtividade. Para tanto, é importante o uso de facilidades tecnológicas, como o processo eletrônico e o acesso remoto do sistema processual. Apesar da cautela exigida pelas novidades, é inevitável a introdução desse instrumental na rotina judicial. Daí decorre a possibilidade de uso do teletrabalho, ou home office, por juízes e servidores.

O teletrabalho soluciona o problema da mobilidade urbana. O tempo antes gasto em deslocamento, que chega a quatro horas diárias na capital do Rio de Janeiro, transforma-se em trabalho e descanso, reduzindo o stress do trânsito e dando condições para um bom trabalho intelectual.

Em suma, aumenta a qualidade do trabalho e da vida. Ademais, economiza os cofres públicos com recursos materiais, energia elétrica e custeio de deslocamento, permitindo a manutenção de sedes menores. Permite-se, além disso, mais segurança para magistrados e servidores, prevenindo atentados como o praticado no Fórum de Bangu.

O risco de distanciamento de equipes, advogados e jurisdicionados é afastado com reuniões presenciais periódicas, uso de mensagens instantâneas e videoconferência. A percepção do magistrado quanto ao processo também não será prejudicada, na medida em que se chegue a um verdadeiro processo multimídia, em que áudio e vídeo estejam disponíveis.

Uma experiência bem sucedida na Justiça Federal do Rio de Janeiro vem provando que o home office é instrumento valioso para o desenvolvimento da prestação jurisdicional. Ao equiparar ao cumprimento da jornada de trabalho a satisfação de metas e prazos de entrega do serviço, a norma que regula esse tipo de trabalho introduz definitivamente o compromisso com a produtividade e eficiência. Ao mesmo tempo, proporciona ao servidor maior liberdade para organização de sua rotina de trabalho.

O futuro reservado para juízes e servidores do Poder Judiciário é o de, cada vez mais, terem seu trabalho intelectual valorizado. Enquanto a tecnologia disponível elimina o trabalho puramente braçal e mecânico, e faz desaparecer as referências concretas tradicionais, como a do processo em papel, passa a destacar-se o efetivo conteúdo do processo e da prestação jurisdicional, algo que não pode ser substituído por qualquer mecanismo automático. As formas de expressar esse conteúdo tendem a retratar a realidade de modo mais fiel, permitindo uma experiência completa e profunda do ato de julgar.

Essa nova realidade, longe de esvaziar o processo de sua humanidade, é capaz de acentuar aquilo que nele há de mais importante: seu conteúdo jurídico, social e humano. A distância imposta pela intensidade do ambiente urbano há de ser fortemente compensada por um conhecimento mais qualificado das circunstâncias de cada caso. É um caminho que se desenha para todas as atividades humanas relevantes, não podendo o Judiciário estar alijado desse processo. •

> O futuro reservado para juízes e servidores é o de, cada vez mais, terem seu trabalho intelectual valorizado
>
> **ANTÔNIO HENRIQUE CORRÊA DA SILVA**

> O uso da tecnologia não pode ser considerado um fim em si mesmo, como acabaria acontecendo
>
> **ERICA DE PAULA RODRIGUES DA CUNHA**

CONTRA

Conflito virtual

ERICA DE PAULA RODRIGUES DA CUNHA • 4ª Vara Cível da Barra da Tijuca

O home office é uma tendência sedutora. A ideia de trabalhar em casa, ou melhor, de fazer de sua casa também seu local de trabalho sempre foi convidativa, e as razões são óbvias!

Entretanto, como nem tudo que reluz é ouro, faz-se necessária uma ponderação.

No caso especificamente do Poder Judiciário, abrangidas as funções de juízes e servidores, a realidade que se avizinha do acesso remoto ao processo eletrônico delineia a possibilidade do trabalho em casa.

Na verdade, a grande questão não é propriamente o fato de se trabalhar em casa. O ponto controvertido que se vislumbra é a seguinte indagação: o trabalho de juízes e servidores prescinde de sua presença física no Juízo?

Apesar de todas as vantagens do home office, a resposta é não!

Não se diga que o problema é ser organizado, ter um local próprio, ter uma rotina estabelecida entre dias de audiência e dias para despachar em casa, sem ser interrompido, para ganhar na produtividade e celeridade da prestação jurisdicional.

Notadamente, o acesso remoto ao processo eletrônico não pode ser visto apenas pelo lado da instrumentalidade trazida pela tecnologia, que a princípio se afigura como uma possibilidade para o juiz e o servidor economizarem o tempo de deslocamento de casa para o local de trabalho, bem como aumentarem a produtividade e, por via de consequência, a celeridade da prestação jurisdicional.

O uso da tecnologia não pode ser considerado como um fim em si mesmo, como acabaria acontecendo, já que, apesar da popularização da internet e de todos os recursos tecnológicos correlatos, nem todos têm acesso ao uso dessas ferramentas ou o domínio adequado.

Dessa forma, a institucionalização do home office poderia levar à exclusão da participação do jurisdicionado, que é a razão de existir do Poder Judiciário, dificultando sobremaneira seu acesso à Justiça.

Em outras palavras, pode-se dizer que o Judiciário é a porta aberta do estado de direito democrático à sociedade, e sua função precípua vinculada à solução dos conflitos é vital à sobrevivência dessa sociedade, não sendo possível o exercício da função estatal da jurisdição de forma plena sem a atuação direta e pessoal do juiz e do servidor.

O trabalho exclusivamente a distância afasta o juiz e o servidor do jurisdicionado, cria uma lacuna na gestão e administração do processo.

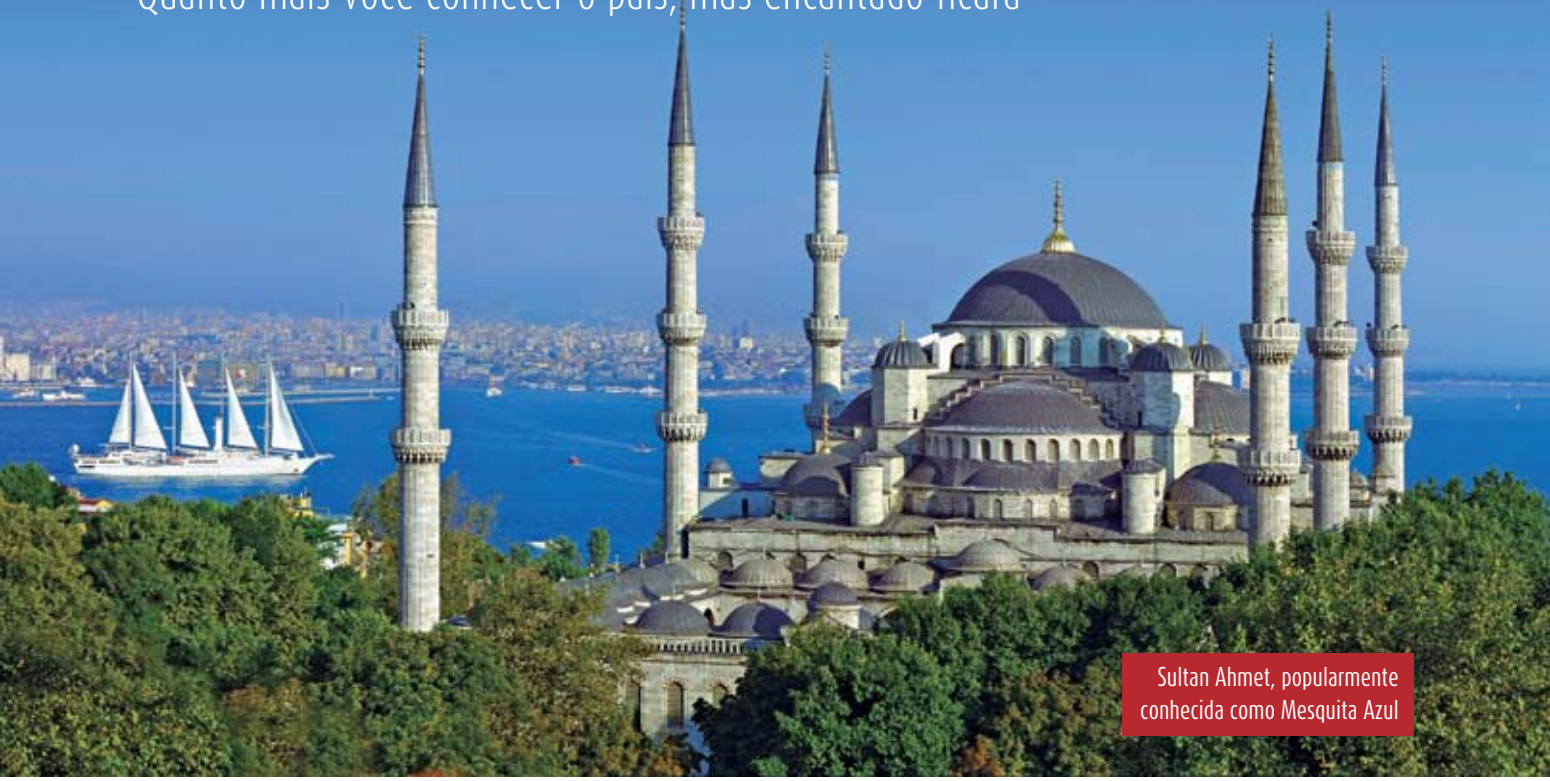
Portanto, a digitalização é uma ferramenta valiosa que deve servir para otimizar a prestação jurisdicional, e não para suprimir a presença do juiz e do servidor.

Virtual deve ser apenas o processo. A relação entre o Poder Judiciário e o jurisdicionado, que acontece através do juiz e do servidor, ainda deve ser preservada, sem que isso seja um entrave ao uso da tecnologia. •

TURQUIA

O Oriente visto do Ocidente

Reserve duas semanas para fazer essa viagem especial.
Quanto mais você conhecer o país, mas encantado ficará



Sultan Ahmet, popularmente conhecida como Mesquita Azul

MARY SOKCS • Jornalista

Dividida entre a Europa e a Ásia, a Turquia oferece experiências tão diversificadas quanto seu rico processo de formação cultural. Não é difícil entender por que o destino tem se firmado entre os preferidos dos viajantes brasileiros. A cosmopolita Istambul, seu principal centro turístico, é uma das cidades mais interessantes do mundo. O belíssimo litoral, banhado pelo Mar Mediterrâneo, oferece belezas naturais deslumbrantes e muitas ruínas dos impérios Romano e Otomano. E ainda há a Capadócia, cujos cenários parecem saídos de um filme de ficção científica.

Istambul, a antiga Constantinopla, pode ser a primeira parada em solo turco. A população é majoritariamente muçulmana, mas também há praticantes de outras religiões convivendo em harmonia. À primeira vista, salta aos olhos a quantidade de mesquitas na cidade. São mais de 1.500 espalhadas em todo o território.

A mais famosa é a Mesquita Sultan Ahmet, popularmente conhecida como Mesquita Azul. Foi erguida entre os anos de 1609 e 1616, durante o Império Otomano, a mando do sultão Ahmet I. O interior é revestido por mais de 36 mil azulejos de Izmik e lindos vitrais no mesmo tom de azul. Além disso, tem seis minaretes (a maioria das mesquitas tem quatro ou dois). É preciso observar o horário aberto para visitações, pois, como a mesquita é um local de orações, a entrada de visitantes é controlada para não atrapalhar os fiéis.

Perto dali fica a icônica basílica de Santa Sofia, um símbolo perfeito do sincretismo religioso da Turquia. Antes um templo cristão, teve suas pinturas cobertas para que se transformasse em uma mesquita. Após uma limpeza recente em suas paredes, as antigas ima-

gens cristãs que adornavam o espaço reapareceram, e continuam lá até hoje. Na mesma região fica o Palácio Topkapi, residência oficial de 27 dos 36 sultões que comandaram o país durante o Império Otomano. O tesouro acumulado pela monarquia nesse período, inclusive um diamante de 86 quilates, fica exposto ao público.

Visite também o pitoresco bairro de Beyoglu, de onde se tem uma bela vista da ponte pênsil sobre o Estreito de Bósforo – que liga o lado europeu ao lado asiático da cidade. É um lugar excelente para uma tarde relaxante, observando o movimento das ruas enquanto se toma um café. Não deixe de fazer um mini cruzeiro pelo Bósforo para apreciar a vista e os contrastes entre Ocidente e Oriente. Durante o passeio você observará fortalezas, palácios e mansões onde a nobreza europeia costumava passar o verão.

E o que falar do famoso Grand Bazar, um dos mais antigos do mundo? O espaço é composto por 60 ruas cobertas, fontes azulejadas e cinco mil lojas, principalmente joalherias, lojas de souvenires, especiarias, artigos de couro e tapetes. Quando estiver lá, a ordem é pechinchar: os preços costumam cair bastante depois de uma boa conversa.

SURPRESAS NO LITORAL

É tentador passar mais e mais dias em Istambul. Mas lembre-se de que há vários outros destinos interessantes espalhados pelo território turco. Capadócia, cenário de novela das nove da TV Globo, pode ser a segunda parada. A região fica a cerca de 700 quilômetros de Istambul, e é conhecida por suas paisagens parecidas com a superfície lunar. Tal característica levou o cineasta George Lucas a escolher o destino como locação para o filme "Star wars".

A parte mais interessante da Capadócia é conhecida como Vale de Goreme, onde há vilarejos, estradas e ruazinhas para percorrer a pé enquanto se observam formações rochosas únicas. Durante seu passeio será possível ver um curioso complexo bizantino de igrejas decoradas com afrescos e pintura bíblicas; os povoados de Pasabag, em Zelve; a fortaleza natural de Ucisar, e muito mais.

Vale dedicar um bom tempo da visita para conhecer Ozkonak, uma enorme cidade subterrânea que servia de refúgio para cristãos durante as perseguições dos romanos. Tudo foi pensado para garantir a sobrevivência da população por meses a fio.

O litoral turco reserva surpresas muito agradáveis. Além das praias, destaca-se por belezas naturais e monumentos históricos bem preservados. Kusadasi, um lindo balneário banhado pelo Mar Egeu, pode ser o primeiro local de visitação. A cidade tem excelente infraestrutura turística, com pubs, lojas de grife e casas

Fotos de divulgação

Os encantos de Kusadasi

noturnas. Também é famosa por abrigar o Complexo de Éfeso, que por muito tempo foi a segunda maior cidade do Império Romano, atrás apenas de Roma.

Nas proximidades de Kusadasi fica a Casa da Virgem Maria, suposta morada de Maria após a morte de Jesus Cristo; o Templo de Ártemis, uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo; e o vilarejo grego de Sirince, famoso pelo vinho e azeite de oliva.

Ainda no litoral, vale a pena visitar Alaçati, um tradicional e charmoso resort descoberto pelos nobres durante o Império Otomano; Izmir, a terceira maior cidade do país, que se sobressai com sua Ágora datada da época do Império Romano; e Cesme, encantadora com ruelas de pedra e comércio animado. Para se refrescar durante os passeios, a grande pedida é um Dondurma, o típico sorvete turco.

Reserve cerca de duas semanas para fazer essa viagem especial. Quanto mais você conhecer o país, mais encantado ficará. •

Passeios de balão na Capadócia

VIAGEM

Uma viagem inesquecível e cheia de encantos

RAQUEL DE OLIVEIRA • Juíza

Em abril de 2013 eu e uns amigos fomos à Turquia. Foi uma viagem inesquecível. Visitamos as principais regiões turísticas do país: Istambul, Capadócia e Kusadasi.

A primeira parada foi em Istambul. Os pontos turísticos são maravilhosos e dispensam explicações. Fomos à Hagia Sophia (basílica), à Mesquita Azul, ao Palácio Topkapi e às Cisternas.

Além das surpreendentes paisagens, os doces produzidos no local são divinos, feitos com frutas secas, castanhas e pistache.

Na região da Capadócia passeamos de balão! É imperdível e a sensação é maravilhosa. Eu não queria ir, pois tenho medo de altura e não gosto de esportes radicais, mas um casal de argentinos de meia idade, que estava hospedado no mesmo hotel, me convenceu.

Valeu a pena! Valeu cada centavo! Não tem nada de radical, é tudo muito organizado, a subida é suave como flutuar. A vista do alto é maravilhosa, com outras dezenas de balões subindo e descendo. O ar parece ser o mais puro do mundo e o nascer do sol visto lá de cima proporciona muitas sensações em um só tempo. A aterrizagem é de uma precisão enorme, e é feita sobre o reboque de uma "pick-up" !!!

Não foi só a primeira vez que voei de balão, mas foi também a primeira vez que tomei champanhe às 7h30 da manhã! A bebida é oferecida logo depois do passeio de balão.

Também visitamos a cidade subterrânea onde os cristãos se escondiam da perseguição romana. O local assemelha-se a um formigueiro humano. São túneis de mais ou menos um metro de diâmetro, que chegam a espaços de um a três metros quadrados. Nesses locais ficavam os quartos, as salas e cozinhas. Os cristãos viviam, literalmente, em comunidade!

No passeio à noite, com jantar e show incluídos, conhecemos os Derviches Girantes, que são danças típicas. Também vimos duas danças espetaculares, uma com luzes e outra de dança do ventre. Não espere muito da comida, mas o show compensa a saída noturna.

As fábricas de cerâmica também valem a visita; os trabalhos são lindos e os objetos de decoração são muito originais.

Na cidade de Kusadasi fica o porto onde os navios de cruzeiro atracam. Nos hospedamos no hotel de frente para o mar. O café da manhã era bem mediterrâneo, com tomate, azeitonas pretas, pasta de azeitona, queijos, azeite e diversos pães no cardápio. Para quem prefere não mudar a rotina ocidental, como é o caso do meu marido, havia o café continental. Tudo no terraço com vista para o mar!

Ao longo da orla de Kusadasi tem várias fábricas de roupas de couro. As peças são de qualidade, mas é preciso pechinchar os preços! Também recomendo os passeios para Ephesus e Pamukkale.

Álbum de família

Em Ephesus estão as ruínas da cidade e a casa da Virgem Maria. Os mulçumanos consideram-na a mãe de todos, símbolo de mãe; por isso o local é visitado tanto pelos turistas quanto pelos estudantes locais. Segundo eles, o Alcorão cita Maria 32 vezes.

Pamukkale tem o parque das águas e as piscinas naturais formadas por águas vulcânicas. É muito bom caminhar descalço pelas rochas formadas de calcário e águas quentes.

Na volta de Ephesus vale uma parada em uma fábrica de tapetes Barok Authentic Looms, além de originais, pode-se escolher entre os de seda, algodão ou lã. •

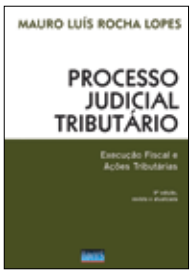
A juíza Raquel e o marido: passeio de balão na região da Capadócia

Mergulho a fundo na rede

A obra é fruto de intensa pesquisa dos autores Damásio de Jesus e José Antônio Milagre, e traz comentários de cada um dos 32 artigos da nova legislação, tornando-se uma fonte de estudo segura a respeito dos direitos e deveres dos usuários de internet em todo o país. Este trabalho é indicado para operadores do Direito, gestores de negócios on line e usuários da internet que queiram conhecer e entender como podem atuar no meio digital após a veiculação do Marco Civil. José Antonio Milagre é vice-presidente da Comissão Estadual de Informática Jurídica da OAB/SP e presidente da Comissão de Propriedade Intelectual e Segurança da Informação da OAB/SP.

MARCO CIVIL DA INTERNET – COMENTÁRIOS À LEI N. 12.965/14
Editora Saraiva; 1ª edição; 2014; 96 páginas; R$ 32,00. Onde comprar: Livrarias Saraiva

Revisão das leis e da jurisprudência



Nesta edição, Mauro Luís Rocha Lopes fez a revisão de leis e jurisprudências, atualizando-as quando necessário. Alguns julgados antigos foram mantidos, uma vez que a tese neles fixada continua sendo reiterada até hoje pelos tribunais. A obra, já conhecida do mercado editorial jurídico, mantém-se como relevante contribuição para a boa compreensão da normatização específica das execuções fiscais e das principais medidas de iniciativa do contribuinte, no que se convencionou chamar de "processo judicial tributário".

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO
Editora Impetus; 9ª edição; 2014; 431 páginas; R$ 79,00. Onde comprar: Livraria Concursar, Lei Nova, Saraiva e Siciliano

Obra sobre o Direito Processual

Escrito por Fauzi Hassan Choukr, o livro analisa cerca de 2 mil acórdãos dos tribunais brasileiros. Uma obra que abrange de maneira mais ampla e com mais detalhes o Direito Processual Penal. Fauze Hassan Choukr é pós-doutorado pela Universidade de Coimbra (2012/2013), e possui Doutorado (1999) e Mestrado (1994) em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo. O autor também é especializado em Direitos Humanos, pela Universidade de Oxford (New College; 1996), e em Direito Processual Penal, pela Universidade Castilla la Mancha (2007).

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – COMENTÁRIOS CONSOLIDADOS E CRÍTICA JURISPRUDENCIAL
Editora Saraiva; 1ª edição; 2014; 1272 páginas; R$ 238,00. Onde comprar: Livrarias Saraiva

Estudo sobre a violência doméstica

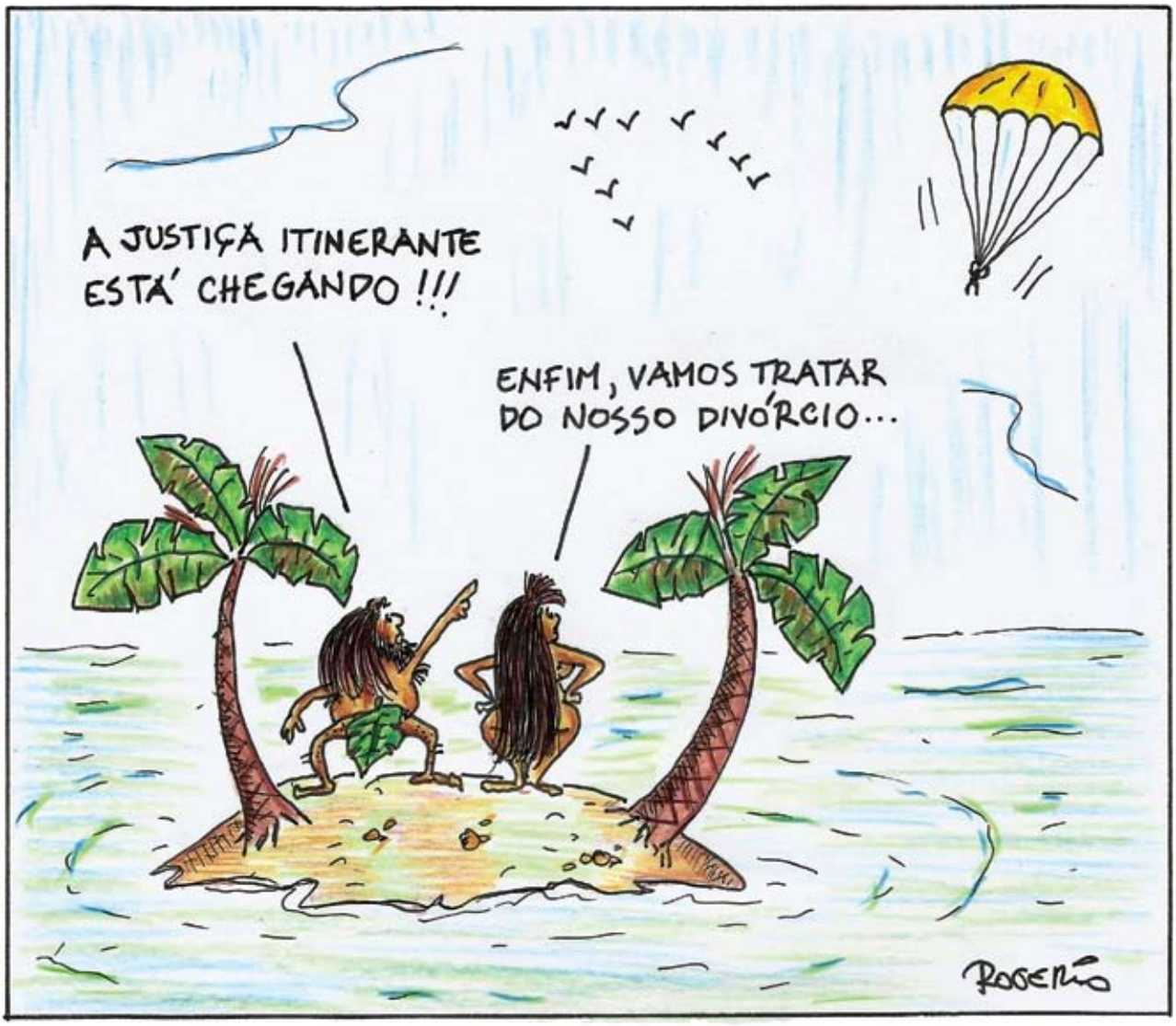
A obra apresenta um estudo maduro e completo acerca do fenômeno da violência doméstica e de gênero, em duas partes. A primeira trata da tônica da Lei Maria da Penha. A segunda analisa questões criminais da lei: medidas protetivas de urgência, fases pré-processual, processual e executivo. A autora utiliza recursos estatísticos e dados de pesquisas atualizados, sempre que possível, para ilustrar os assuntos tratados nesse trabalho, oferecendo ao leitor maior compreensão da realidade, gravidade e complexidade do fenômeno da violência de gênero.

LEI MARIA DA PENHA – ASPECTOS ASSISTENCIAIS, PROTETIVOS E CRIMINAIS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO
Editora Saraiva; 2ª edição; 2014; 288 páginas; R$ 94,30. Onde comprar: Livrarias Saraiva

Súmulas e decisões das Cortes

A obra está atualizada até a Emenda Constitucional n° 83 e contém referências a súmulas do STF, STJ, TST, STM, TSE e tribunais estaduais. O leitor também encontrará enunciados do TCU e da AGU. São apresentadas importantes decisões da jurisprudência publicadas nos meios eletrônicos, acompanhadas das principais leis complementares e ordinárias que regulam e densificam a Constituição Federal. No caminho da abertura ao Direito Constitucionalnha, dentre outras. Também é oferecida a Jurisprudência (landmark cases) da Suprema Corte dos Estados Unidos.

CONSTITUIÇÃO INTERPRETADA PELO STF, TRIBUNAIS SUPERIORES E TEXTOS LEGAIS
Editora Freitas Bastos; 5ª edição; 2014; 1820; R$ 390,00. Onde comprar: www.freitasbastos.com


A JUSTIÇA ITINERANTE ESTÁ CHEGANDO !!!
ENFIM, VAMOS TRATAR DO NOSSO DIVÓRCIO...
ROGERIO

SE EU SOBREVIVER, POSSO LHE PROCESSAR POR LESÃO CORPORAL E TENTATIVA DE HOMICÍDIO !!!
ROGERIO

TURQUIA

RÉVEILLON NA TURQUIA

8 dias/ 7 noites

Istambul e a região da Capadócia.

Saída 2014: Dez. 27

a partir de **5x R$ 1.443** ou **à vista R$ 7.215**

TURQUIA MARAVILHOSA

10 dias/ 9 noites

Tour Regular - Istambul, Tróia, Çanakkale, Pérgamo, Izmir, Kusadasi, Éfeso, Pamukkale, Konya, Capadócia e Ankara.

Saídas 2014/2015: Nov. 20; Dez. 25; Jan. 15; Fev. 12

a partir de **5x R$ 384** ou **à vista R$ 1.920**

CAPADÓCIA ESPECIAL

7 dias/ 6 noites

Istambul e a região da Capadócia.

Saídas 2014/2015: Diárias de Nov. 16 a Mar. 09

a partir de **5x R$ 1.314** ou **à vista R$ 6.570**

Fazemos roteiros privativos, em grupo e Lua de Mel.
Reservas e informações na TM TRAVEL TURISMO.
Desconto especial para os associados da AMERJ.

Tel.: 21 2532.5270 | 2532.5917 | 2240.3532
Cel.: 21 99983.4051 | 98206.1419
tania@tmtravelturismo.com.br | tmtravel@tmtravelturismo.com.br

Preços publicados por pessoa em apto. duplo, somente terrestre. Minimo 2 pessoas. Preços não são válidos para datas especiais, correspondem às datas de saídas indicadas e não incluem taxas. Disponibilidade e preços sujeitos a alteração sem aviso prévio. São os valores mínimos de cada programa convertidos pelo câmbio vigente na data de fechamento da publicação. Preços em reais serão reconvertidos pelo câmbio turismo do dia do pagamento. Parcelamento com entrada de 20% + parcelas iguais no Credi-cheque. Câmbio: EURO 1,00 = R$ 3,31 em 02/10/2014. Imagens meramente ilustrativas.

AMAERJ

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro

www.amaerj.org.br